

UNIDADE DIDÁTICA XXI – A NOVA ORDEM MUNDIAL E O SÉCULO XXI

1. O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA

1.1. A DESINTEGRAÇÃO DA URSS, A QUEDA DO MURO DE BERLIM E A UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Os choques de ideologia, que dominaram o mundo por quase meio século, chegaram ao fim em 1991. No ano de 1985, novas políticas foram desenvolvidas pelo novo premier soviético, Mikhail Gorbachev, a *Glasnost* (transparência) e a *Perestroika* (reconstrução ou reestruturação), que visavam uma abertura e liberalização da URSS, com transparência nos atos públicos e liberdade de expressão e imprensa.

A *Glasnost* foi uma política implantada juntamente com a *Perestroika* na URSS, durante o governo de Mikhail Gorbachev, que buscava dar mais transparência ao governo, dando maior liberdade de expressão à população. A *Perestroika* foi, em conjunto com a *Glasnost*, uma das políticas introduzidas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que buscava a reestruturação (abertura) econômica, e uma de suas metas era reduzir a quantidade de dinheiro gasto em defesa, o que estava arruinando a economia soviética.

As reformas, que tinham o intuito de dinamizar a URSS sem substituir o sistema comunista, acabaram por criar o ambiente ideal para a queda da URSS, posto que o relaxamento do sistema soviético fez com que um clamor nacionalista surgisse em diversas repúblicas soviéticas, abalando e fazendo ruir o sistema¹.

Tais mudanças vieram acompanhadas de transformações também no Leste Europeu e Ásia Central, nos países que viviam sob a égide da chamada “Cortina de Ferro”, entre 1989 e 1992. Com o relaxamento das relações com a URSS, criou-se espaço para que o nacionalismo, que estava sufocado sob o Politburo (comitê executivo do Partido Comunista, entidade que acabava por governar o país), ressurgisse. Uma onda liberalizante acabou por tirar o controle dos partidos

¹ Diferentemente das reformas adotadas na China, a *Perestroika* falhou em seu objetivo principal de reestruturar a economia soviética devido ao insucesso na promoção e criação de entidades econômicas privadas e semi-privadas e pela indisposição de Gorbachev de fazer uma reforma na agricultura soviética. A situação colocou Gorbachev contra a linha dura soviética, contrária às reformas, e a linha liberal, apoiada pelos EUA e que queriam mais velocidade nas mudanças. Contrariamente às reformas de Deng Xiaoping na China, a *Perestroika* não só falhou no propósito de trazer benefícios econômicos imediatos para a maioria das pessoas, mas o desmantelar da economia planejada criou o caos econômico, o que constituiu um fator importante para o colapso da União Soviética.

comunistas, que foram substituídos por partidos pró-democracia.

Em agosto de 1991, um grupo de militares e políticos tentou dar um golpe de estado, sitiando com tanques a cidade de Moscou. O insucesso do golpe militar abriu portas para que os liberais tomassem o poder. No dia 29 de agosto de 1991, o Partido Comunista Soviético foi colocado na ilegalidade.

Temendo maiores agitações políticas na Rússia, as nações que compunham a União Soviética começaram a exigir a autonomia política de seus territórios. Letônia, Estônia e Lituânia foram os primeiros países a declararem sua independência. No final daquele mesmo ano, a União Soviética somente contava com a integração do Cazaquistão e do Turcomenistão.

Em 21 de dezembro líderes de países assinaram um documento onde era declarada extinta a União Soviética e era criada a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Em 25 de dezembro, Gorbachev, há seis anos no poder, renuncia à presidência. Em 31 de dezembro de 1991, a União Soviética foi dissolvida oficialmente. No ano de 1992, o governo da Federação Russa, uma das nações sucessoras da URSS foi passado para as mãos de Boris Ieltsin, então o presidente da República Soviética da Rússia.

A Alemanha, que havia sido dividida no pós-Segunda Guerra Mundial, viu no colapso da URSS sua oportunidade para reunificar o país. Em 1989, fruto das reformas implantadas na União Soviética, eclodiu em Berlim Oriental uma série de manifestações populares exigindo melhoria da qualidade de vida e, sobretudo, a democratização do regime. Seguiu-se na fuga de um grande número de refugiados da Alemanha Oriental (RDA) para o ocidente, pelas embaixadas da Alemanha Ocidental (RFA), principalmente em Praga e Varsóvia, e pela fronteira recém-aberta entre a Hungria e a Áustria.

A crise política forçou a realização de mudanças e eleições livres na Alemanha Oriental, em março de 1990, mas não impediu a queda do governo. As negociações entre os dois governos alemães culminaram na assinatura do Tratado de Unificação em agosto de 1990. Em setembro do mesmo ano, foi celebrado o Tratado Dois Mais Quatro, onde as potências de ocupação (EUA, França, Reino Unido e URSS) outorgaram independência plena ao novo Estado Alemão. Em três de outubro de 1990, o território da antiga RDA foi incorporado à RFA, marcando a sua reunificação. O marco dessa reunificação foi a queda do Muro de Berlim, que começou a ser derrubado na noite de nove de novembro de 1989, depois de 28

anos de existência.

Todo o equilíbrio mundial, até essas modificações, estava estruturado para atender às imposições vividas em um ambiente de Guerra Fria. Os atores e os seus instrumentos – como as instituições inter e infragovernamentais, Estados nacionais e seus equilíbrios regionais, organismos multilaterais, organizações não governamentais, conflitos internos, terrorismo, crime organizado, entre outros –, tinham sua liberdade de ação estabelecida por um sistema de bipolaridade, onde as duas superpotências eram as protagonistas inclusive nas pequenas questões, e eram sempre levadas em consideração. Com a maior modificação ocorrida no poder mundial desde a Segunda Guerra Mundial, todo o “sistema mundo” teve que rever seu papel na nova ordem que surgia. As incertezas decorrentes da queda da URSS, da reunificação da Alemanha e o que tudo isso representou no então mundo bipolar obrigou uma adequação e, lentamente, uma nova acomodação no equilíbrio desfeito. O fim da guerra fria encerrou um período importante da história contemporânea. Um período dominado por relações de medo, por ameaças nucleares, confronto das duas ideologias em regiões periféricas do globo, intervenções na política interna. O tão esperado apocalipse nuclear (que teve seu auge entre os anos 1950 e 1970) não aconteceu.

A estabilidade internacional e o ressurgimento da liberdade, tão esperados a partir daí, também não veio. O encerramento do chamado equilíbrio pelo terror nuclear não foi seguido de uma ampla estabilidade internacional. Diminuído o risco de um enfrentamento nuclear em proporções globais, uma série de novos e violentos conflitos locais estatais e não estatais surgiram em todo o mundo. Somado a isso, o antigo arsenal soviético, antes unificado e controlado, acabou sendo fragmentado entre uma série de novas repúblicas que surgiram da desintegração soviética, muitas delas com governos não confiáveis. Com a mesma velocidade com que o bloco comunista se desfez, antigas disputas religiosas, étnicas, nacionalistas – até então hibernadas – voltaram a se manifestar. Casos como na ex-Iugoslávia, no Oriente Médio, na Chechênia, no Afeganistão, na África são exemplos de processos de acirramento de lutas para o estabelecimento de novas fronteiras ou de novos sistemas político-religiosos.

Os organismos internacionais não ficaram imunes a essas transformações. Todas elas, que haviam desempenhado relevante durante a Guerra Fria, tiveram que passar por mudanças para se adequar aos novos tempos, sob risco de perderam

sua relevância. Foi o caso da ONU, da OEA e da OTAN.

1.2. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Segundo alguns estudiosos, com o final da Guerra Fria, a ONU passou a adquirir um papel mais relevante. Ela fortaleceu-se e consolidou-se no século XXI como consequência da globalização e da interdependência cada vez maior de todos os povos, Estados e até dos problemas comuns da humanidade (já existentes durante a Guerra Fria, mas não vistos como prioritários: fome, escassez de água, meio ambiente, aquecimento global, combustível). Até então, ela exercia um papel secundário, em função da importância das superpotências e suas alianças político-militares, que ocupavam o protagonismo nas relações mundiais. Além disso, o principal órgão decisório dessa organização, o Conselho de Segurança (a quem cabe decidir sobre guerras, intervenção ou não, a ajuda ou não às vítimas de um conflito, missões de paz etc.), com cinco membros permanentes com direito de veto, acabava paralisado pelo envolvimento desses países no ambiente de bipolaridade.

Na realidade, somente dois eram os protagonistas, que decidiam no Conselho de Segurança de acordo com os seus interesses, não priorizando as questões mundiais. A presença das duas superpotências no Conselho de Segurança, com poder de veto, sempre paralisou a ONU. Nenhuma resolução ou medida mais importante podia ser aprovada, nas últimas décadas, pois em geral cada superpotência defendia um dos lados da disputa. Com o final da Guerra Fria, ainda segundo uma linha de pensamento, esse problema deixou de existir.

Verifica-se uma presença mais ativa nas questões mundiais, com o incremento do envio de tropas da ONU para manter a paz em regiões conflituosas (ex-Iugoslávia, Somália, Ruanda, Haiti), a aprovação do envio de tropas na Primeira Guerra do Golfo contra o Iraque, em 1991, a criação de fóruns para estudo sobre questões mundiais como o terrorismo, o narcotráfico, o aquecimento global, as crises econômicas, o meio ambiente, entre outros. Até a estrutura do Conselho de Segurança tem sido motivo de discussões: alguns países solicitam o fim do direito de veto para os cinco membros permanentes enquanto outros argumentam que esse número de cinco deve ser ampliado para sete ou mais membros (incluindo novas potências, como o Japão e a Alemanha, e emergentes, como o Brasil e a Índia).

Entretanto, durante os governos do presidente norte-americano George W.

Bush e do presidente russo Vladimir Putin, nem todas as decisões das potências foram tomadas em consonância com a ONU nessa nova ordem mundial. O prestígio das Nações Unidas ficou abalado, por exemplo, quando os EUA e alguns de seus aliados invadiram o Iraque em 2003 e a Rússia invadiu a Geórgia em 2008, ambos à revelia da Organização e do próprio Conselho de Segurança.

A ONU, portanto, deverá continuar sofrendo mudanças para desempenhar um papel mundial muito mais ativo no século XXI. Sua sobrevivência, o seu papel e importância no mundo atual dependem, em larga medida, da sua capacidade em gerar e gerir uma diplomacia de prevenção, principalmente em um novo sistema com tantos novos atores não estatais, criando condições para que conflitos não surjam. Caso surjam, a ONU deverá fortalecer mecanismos, inclusive com o uso da força, para obrigar a uma resolução no âmbito da diplomacia.

1.3. A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

A Organização dos Estados Americanos foi uma organização que viu uma mudança em seu papel pós-Guerra Fria. Naquele período, suas ações foram, na maioria das vezes, mero respaldo da política dos EUA para a América Latina. Na nova ordem mundial, a organização passou a ser um fórum ativo de debates entre os países latino-americanos, definindo políticas e formas de integração entre as nações do continente.

Fundada em 30 de abril de 1948, a OEA definia-se como um organismo regional dentro das Nações Unidas. Os países-membros se comprometiam a defender os interesses do continente americano, buscando soluções pacíficas para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Conta, atualmente, com 35 estados-membros que, a partir de 1990, definiram como prioridade dos seus trabalhos o fortalecimento da democracia e os assuntos relacionados com o comércio e integração econômica, controle de entorpecentes, repressão ao terrorismo e corrupção, lavagem de dinheiro e questões ambientais. Mazelas comuns a todos os membros da OEA, inclusive os EUA.

Em 2009, a suspensão de Cuba foi revogada, sendo estabelecida uma série de normas de respeito aos direitos humanos e ao regime democrático para seu retorno integral. Até o momento, o governo cubano não demonstrou interesse em alterar o seu *status quo* para retornar à OEA.

A OEA tem tido papel destacado em crises domésticas, como a verificada em 2009 em Honduras, envolvendo o afastamento do presidente eleito por denúncias de descumprimento de cláusulas constitucionais pétreas do país. Deverá, cada vez mais, absorver, por delegação, atividades das Nações Unidas no continente americano, principalmente nas áreas de respeito aos direitos humanos e ao regime democrático.

1.4. A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN)

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO), criada em 1949, viu-se diante da necessidade de redefinir seu papel na nova ordem mundial após o fim do Pacto de Varsóvia e da URSS, motivos que nortearam sua política durante quatro décadas. Apesar de muitos acharem que a Aliança seria enfraquecida, ocorreu justamente seu fortalecimento, pois esta foi a organização que melhor se adaptou ao novo ambiente pós-Guerra Fria. Sua prioridade passou a ser a política de segurança e defesa da Europa e da América do Norte, incluindo em sua responsabilidade o combate ao terrorismo internacional.

Fruto desse novo papel, a cláusula na Aliança que considera o ataque a um membro da organização como sendo contra todos os membros foi invocada pelos EUA após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque. Isso levou a OTAN a apoiar os Estados Unidos em sua campanha contra o Talibã no Afeganistão (2001) e contra Saddam Hussein no Iraque (2003).

Iniciou-se o alargamento da Organização para Leste, com a inclusão da Polônia, Hungria, República Checa, Bulgária, Estônia, a Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Albânia e Croácia, países considerados, durante a Guerra Fria, da área de influência da antiga URSS. Tal alargamento criou um impasse com a Rússia que, acrescida à intenção declarada da OTAN em instalar um escudo antimíssil no Leste europeu, enxerga nessas medidas um “cercamento estratégico” sobre seu território e de suas aliadas na Comunidade dos Estados Independentes.

2. OS GRANDES BLOCOS REGIONAIS

O fim da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo tornou mais visíveis as questões que se configuravam nas escalas regional e nacional. Da mesma forma, as aspirações econômicas passaram a predominar nos espaços de discussões entre Estados. Associado a isso, observa-se, nas últimas décadas, o fenômeno de formação de blocos de países com diversas finalidades, uma tendência da atual fase de desenvolvimento capitalista. Esses blocos podem se estruturar regionalmente, como acontece com o MERCOSUL e a União Europeia, ou a partir da defesa de interesses comuns, como ocorre com o G-8 e os G-20's.

2.1. UNIÃO EUROPEIA

A formação dos blocos econômicos regionais é um processo que se relaciona às necessidades de expansão de mercados e acumulação de capitais, bem como a uma estratégia de melhor inserção internacional dos países. A União Europeia, mais desenvolvido bloco regional, é um exemplo claro do que ocorre. Sua origem remonta à década de 1950, e se associa a um projeto de reinserção política e de retomada econômica das potências do continente, que haviam perdido a hegemonia para EUA e URSS. Liberar as barreiras dos países membros do bloco significava facilitar as trocas entre empresas e estimular o crescimento econômico. A liderança norte-americana e japonesa nas inovações relacionadas à revolução informacional nos anos 1970/80 tornou mais urgente o processo de integração europeu, que deslanchou a partir da assinatura do acordo que deu origem ao Mercado Comum Europeu, em 1986.

Esse processo de integração iniciado com o BENELUX (área de livre comércio entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) e mesmo a CE (Comunidade Europeia), e que chegou à atual União Europeia, representa uma reestruturação do poder dos Estados e, principalmente, uma alteração na relação do Estado com suas fronteiras. Exemplifica também a dinâmica de contradições presentes na história do sistema capitalista, pois a tendência à formação de blocos econômicos regionais, que visa expandir, garantir e controlar mercados, intensificou-se no maior período de expansão do neoliberalismo, que prega, paradoxalmente, a liberalização total das trocas

comerciais. Deve-se analisar a formação da União Europeia – e dos demais blocos – como um projeto econômico e de poder. Os blocos regionais facilitam a integração econômica e a circulação de bens nos territórios por eles abrangidos, traduzindo-se numa nova estratégia de inserção no âmbito das relações internacionais contemporâneas.

A UE (criada após a assinatura do Tratado de *Maastricht*, em sete de Fevereiro de 1992) engloba quase todas as nações da Europa, operando um governo de 27 nações que possuem uma política comum sobre defesa, direitos humanos, economia, liberdades civis e sistema político. A união tem uma moeda única, não adotada por todas as nações do bloco, que é o Euro. A UE é o bloco que está mais próximo de um governo federado de diversas nações, com instituições que quase formam um “Estado Europeu”, composto por suas nações, capaz de agir onde os Estados-Nações europeus não poderiam ou estariam limitados.

Todos os países enviam representantes ao Parlamento Europeu, sediado em Bruxelas, onde também está a sede da Comissão Europeia, o órgão executivo do bloco. Além disso, um sistema de leis rege as relações dos cidadãos dos países, que podem circular livremente dentro da UE.

A política externa da União Europeia pode ser analisada por três bases: a política comercial comum, a cooperação para o desenvolvimento e a política de segurança comum. Cada uma dessas bases surgiu em função de épocas e situações diferentes e são resultado da evolução institucional da Comunidade Europeia (CE) ao longo de meio século.

No plano das relações internacionais, a UE vem assumindo posições de protagonista, com uma política externa bem definida e com a implantação da Política Comum de Segurança e Defesa, que prevê a intervenção da UE em crises humanitárias e operações de paz.

2.2. A COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACÍFICO (APEC)

A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), bloco econômico desde 1989, reúne países como Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, Estados Unidos e China, que tem como seu representante Hong Kong. Os últimos países a ingressarem foram Taiwan (1991), México e Papua-Nova Guiné (1993), Peru (1994)

e Rússia e Vietnã (1998).

A APEC também visa a implantar a livre circulação de mercadorias, capitais e serviços entre os seus integrantes. Busca se fortalecer diante do mercado internacional e, principalmente, ter capacidade para concorrer com a União Europeia. Os países que compõe a APEC totalizam 2.559,3 milhões de pessoas e apresentam um PIB expresso em dólares de 18.589,2 trilhões. O volume de exportação move uma receita de aproximadamente 2.891,4 trilhões de dólares e nas importações o volume atinge cifras de cerca de 3.094,5 trilhões de dólares.

Diante desse imenso potencial comercial e financeiro, a APEC consegue movimentar aproximadamente 55% do PIB internacional e 40% de todas as relações comerciais realizadas no planeta. Apesar desse resultado, há muita disparidade entre os países e as trocas comerciais não favorecem a todos no bloco. A previsão é que até 2020 esteja em vigor a livre circulação de mercadorias, capitais e serviços em sua totalidade (FREITAS, 2009).

Diferentemente da União Europeia, a APEC é um bloco focado somente nas questões econômicas. Apesar de se tratar de uma região onde diversas nações possuem problemas históricos entre si, a APEC é relativamente bem-sucedida na gestão das questões econômicas. Os próximos passos da APEC estão sendo direcionados na criação de uma zona de livre comércio, a princípio integrada por alguns países a título de experiência e, em caso de sucesso, expandida para todo o bloco. As negociações para a criação dessa zona estão ganhando força com a falta de progresso na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.

2.3. O ACORDO NORTE-AMERICANO DE LIVRE COMÉRCIO (NAFTA)

O NAFTA (*North American Free Trade Agreement* – Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) é um tratado que reúne Canadá, México e Estados Unidos da América e tendo o Chile como associado, numa atmosfera de livre comércio, com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994.

O NAFTA tornou-se objeto de críticas nos três países que o compõem, por ter criado diversos efeitos colaterais em suas economias. Os subsídios à agricultura pelos EUA têm criado dificuldade para a produção agrícola mexicana, que não consegue competir em igualdade de condições com a infraestrutura do agronegócio

norte-americano. Os norte-americanos e os canadenses, por sua vez, queixam-se da fuga das indústrias de seu país para o México e da redução da oferta de emprego, por conta da mão de obra mexicana mais barata.

O NAFTA também foi acompanhada por um aumento dramático da imigração ilegal do México para os Estados Unidos. Outras críticas ao NAFTA advêm de questões ambientais, justiça social, saúde pública etc.

Na verdade, desde que o NAFTA foi assinado, tem sido difícil analisar seus efeitos macroeconômicos devido ao grande número de outros fatores na economia global. Inúmeros estudos têm indicado que, ao invés de criar um aumento no comércio, o NAFTA causou uma divergência comercial, na qual os membros do NAFTA passam a importar mais uns dos outros em detrimento de outras nações do mundo. Alguns economistas argumentam que o NAFTA aumentou a concentração de renda tanto no México como nos EUA. Mas apesar de tais críticas, o tratado continua em vigor, e com forte sinal de integração, entre as economias dos três países membros.

2.4. O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

Na esteira dos blocos políticos e econômicos, surgiu na América do Sul o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, visando reduzir as barreiras comerciais entre esses países. O MERCOSUL pretende ser mais que apenas um bloco econômico. Inspirado no modelo europeu, os países do MERCOSUL estão compondo um Parlamento do MERCOSUL, que terá representantes de todos os membros, na busca de uma maior integração para os países membros e futuramente para a América Latina.

Acordos como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (Tratado de Montevideu), de 1960, extinta em 1980 e dando origem, no mesmo ano, à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (Segundo Tratado de Montevideu); a Declaração de Iguazu, de 1985; a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, de 1986; o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988; e a Ata de Buenos Aires, de 1990, precederam todo o processo de implantação do MERCOSUL, sem dúvida o organismo internacional que mais projeta e que mais benefícios tem trazido ao Brasil.

O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – tem sua origem em março de

1991, com o Tratado de Assunção, acordo assinado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O bloco surge inspirado no modelo de integração regional europeu, prevendo, desta maneira, um processo de integração que não estivesse limitado à criação de uma zona de livre comércio, mas considerasse uma integração de abrangência econômica, política, social e cultural.

O gradual processo de formação do Mercado Comum do Sul se iniciou com a criação de uma zona de livre comércio entre seus países membros. Como primeira etapa de um processo de integração, a zona de livre comércio busca estimular as trocas comerciais entre os países do bloco a partir da eliminação de taxas e tarifas alfandegárias de bens e serviços produzidos no âmbito de seus países membros. Posteriormente, em 1995, o MERCOSUL avançou para o estabelecimento de uma União Aduaneira, momento caracterizado pelo estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum que busca padronizar as trocas comerciais com países de fora do bloco. A terceira etapa desse processo prevê, então, o estabelecimento de um Mercado Comum onde serão removidas as barreiras para a livre circulação de bens, capitais e pessoas no interior do bloco, passo ainda a ser conquistado.

Um dos principais desafios para o sucesso do MERCOSUL diz respeito ao grau de disparidade entre as economias de seus países membros: o Brasil detém em torno de 75% do PIB do bloco, a Argentina um pouco menos de 23% e o restante é distribuído entre Uruguai (1,5%) e Paraguai (0,7%). Diante desse quadro, a manutenção de equilíbrio entre as grandes e pequenas economias configura-se como uma questão central para o MERCOSUL (FILHO, 2006:69).

O bloco tem alcançado êxito nesse sentido e as trocas comerciais internas, adquirindo crescimento considerável, mesmo diante das crises econômicas que abalaram alguns de seus países membros. Em 1990, o comércio entre os países hoje integrados estava em torno de quatro bilhões de dólares, um ano depois passou dos cinco bilhões. Em 1992 chegava a sete bilhões e no ano seguinte já ultrapassava os dez bilhões. Em 1997 e 1998 representava mais de 20 bilhões de dólares (FILHO, 2006:72-73).

Como normalmente é recomendado pela OMC, o aumento das trocas comerciais internas ao bloco ocorreu sem prejuízo no crescimento da comercialização com outros países e regiões do mundo. Em 1990, a participação do MERCOSUL no comércio mundial era de 2% do total. Em 1991 e 1992 subiu para 2,1%. E em 1997 para 2,9% (FILHO, 2006:72-73).

Mesmo diante de desentendimentos sobre regras comerciais de setores da economia como o automobilístico, o de tecidos, o de lácteos, o de eletrodomésticos ou o de autopeças, e de conflitos de interesses envolvendo as mais variadas esferas de assuntos – sobretudo entre Brasil e Argentina –, um dos grandes méritos do MERCOSUL tem sido sua capacidade de buscar a resolução de problemas de maneira sempre negociada entre seus países membros. A construção de posicionamentos comuns diante das demandas internacionais também tem se mostrado outro fator de relevância para o sucesso do bloco. Foi assim com relação ao projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em que seus países membros, de forma conjunta e negociada, se posicionaram de maneira contrária ao acordo. A busca por parceiros comerciais como a União Europeia, a Comunidade Andina, o México e o Japão é uma das estratégias estabelecida para o fortalecimento do bloco.

O pedido de entrada da Venezuela no Bloco tem causado polêmica entre os seus membros. Já aprovado pela Argentina e pelo Uruguai, em 2009 aguarda aprovação no Congresso Brasileiro e pelo governo paraguaio. As alegações contra a entrada venezuelana estão por conta de denúncias de desrespeito a princípios democráticos e à liberdade individual e de imprensa nesse país.

3. SOB A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS

Imediatamente após o fim da bipolaridade, os EUA compreenderam que o seu país não poderia atuar sozinho no contexto internacional. Foi preciso arquitetar um mecanismo que permitisse afiançar a liderança norte-americana sob um marco de ação coletiva. O mundo visualizou, à época, que sob a hegemonia norte-americana as relações internacionais passariam por uma reforma substancial. Temas como direitos humanos, democracia, desenvolvimento humano, entre outros, passariam a fazer parte da agenda política internacional.

Entretanto, com a posse do governo George W. Bush em 2001, marcada pelos ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, verificou-se um retrocesso nesse processo, com o crescimento do unilateralismo norte-americano com manifesta subvalorização das alianças e tratados internacionais durante todo o período de seu governo (de 2001 a 2009).

Questionamentos surgiram sobre como os Estados Unidos deveriam ter usado o seu poder nesses nove anos. Durante os últimos 50 anos, ele foi usado por meio de alianças e organismos multilaterais. Com a desintegração da URSS e o consequente fim da Guerra Fria no início dos anos 1990, o mundo bipolarizado passou a ter como principal força hegemônica os Estados Unidos. Enquanto a Guerra Fria dividia as atenções entre os dois blocos, o capitalista e o socialista, seu fim transformou os Estados Unidos no principal alvo de críticas no mundo.

A política externa norte-americana adotada a partir daquele governo fez ressurgir pontos sensíveis no cenário internacional. Em sua análise do governo Bush, no cenário do unilateralismo, Vigevani e Oliveira procedem a um meticuloso levantamento das diferenças em relação ao governo anterior de Bill Clinton (in CESAR, 2002): o bombardeio do Iraque sem considerar a opinião da comunidade internacional; a expulsão de diplomatas russos dos Estados Unidos sob suspeita de espionagem; a rejeição do Tratado de Kyoto e outras medidas antiambientalistas, sob alegação de não prejudicar as indústrias norte-americanas; a busca pelo reforço da posição norte-americana diante da incipiente política de defesa da Europa, apesar do discurso da parceria; a elevação da Rússia e da China à condição de competidoras estratégicas, ao invés de sócios estratégicos; o rompimento de acordos estratégicos, como o ABM (Tratado sobre Mísseis Balísticos), visando à criação do sistema antimísseis balísticos com extensão para o leste europeu, apesar das queixas da Rússia; a não ratificação do CTTB (Tratado de Banimento de Testes Nucleares); as pressões para a aceleração da ALCA, atropelando a América Latina; o tratamento com imigrantes latino-americanos; a crise com a China por conta do apoio explícito a Taiwan e da venda de armas a esse país; o isolamento na busca de um acordo de paz entre Israel e Palestina, entre outros.

Nesse ambiente de hegemonia e unilateralismo, o governo norte-americano apoiou-se na chamada Doutrina Bush, dividindo o mundo entre o “bem” (os que apóiam os EUA) e o “mal” (os que estão contra os EUA ou que simplesmente não apóiam as decisões do governo norte-americano), permitindo-se planejar ataques preventivos contra possíveis inimigos dos EUA.

Essa imposição norte-americana ao mundo, entretanto, não foi acompanhada de um esforço diplomático para criar um sentimento pró-americano no mundo. Bush foi o presidente norte-americano que menos viajou ao exterior nos últimos 40 anos. Seu vice, Dick Cheney, viajou apenas uma vez para estabelecer acordos

diplomáticos. Durante a Guerra Fria, o sentimento antiamericano era um fenômeno de políticos de esquerda. Naquela época, em todos os países do bloco capitalista existiam políticos que eram anticomunistas e pró-Estados Unidos. Ou seja, sempre havia uma sólida base de apoio à Casa Branca em todo o mundo. Após o fim do período de bipolaridade, entretanto, deixou de existir uma ameaça comum equivalente à Guerra Fria e o apoio aos Estados Unidos tornou-se bastante volátil. Na nova ordem mundial, alguns poucos políticos apoiavam o governo norte-americano, mas muitos não o faziam por temerem perder o apoio popular. Na guerra contra o Iraque, os Estados Unidos estavam virtualmente sozinhos.

Os Estados Unidos, assim, declararam inoperante a velha doutrina da dissuasão – nascida no governo do presidente Harry Truman – e passaram a adotar a tese *da ação preventiva*. Fundamentalmente, quem se convertesse em uma ameaça potencial para os estadunidenses deveria ser imediatamente neutralizado. O problema mais evidente desta nova doutrina é a grande lista de países aos quais deveriam ser, a priori, neutralizados. Depois do Iraque, viriam o Irã e a Coreia do Norte, pois foram catalogados como países pertencentes ao “Eixo do Mal” e que, também, estariam a caminho de dotarem-se de armamento nuclear.

Segundo matéria publicada em *The Economist*, em 16 de fevereiro de 2002, o incremento em gastos com defesa nos EUA para o ano de 2003 representou o maior aumento dos últimos vinte anos (CAMBESES, 2002). Estes gastos, seguindo as linhas da sua Estratégia Nacional, buscavam deter os Estados párias em sua capacidade de empregar armas de destruição em massa. Entretanto, a verdadeira razão foi prover bases seguras para a projeção de poder ao redor do mundo, conforme explicitado no documento “Reconstruindo as Defesas dos Estados Unidos”, publicado em setembro de 2000 em “*El Proyecto para un Nuevo Siglo Estadounidense*”, e elaborado por colaboradores do então governo Bush, como o Subsecretário de Estado John Bolton e o Secretário Assistente de Defesa Paul Wolfowitz (CAMBESES, 2002).

No período 2001 a 2009 (até o fim do governo de George W. Bush), por sua estatura estratégica no cenário mundial, os Estados Unidos priorizaram as conversações bilaterais, como forma de desprestigiar os organismos multilaterais, perdendo com isso a possibilidade única na história de, com sua força, valorizar ainda mais o ambiente multilateral. Nas relações comerciais, praticaram forte protecionismo comercial, exercendo pressões econômicas unilaterais e adotando

processos de retaliações sem amparo em tratados internacionais, valendo-se, tão somente, do seu poderio econômico e militar.

Com efeito, para enfrentar o imobilismo tecnológico industrial, agravado pela competitividade externa, o governo norte-americano criou mecanismos de assistência para as corporações nacionais, além de estabelecer barreiras para transferência de tecnologias que poderiam beneficiar países em desenvolvimento, tentando reservar-lhes, em princípio, espaço para serem fornecedores de matérias-primas.

Entretanto, a imposição da “*Pax Americana*” sofreu reveses na política internacional. Os ressentimentos causados pela gestão de conflitos regionais, como o do Oriente Médio, ou o que opôs a Índia ao Paquistão, ou a China à Taiwan, por suas posições unilaterais que implicavam na preservação de determinadas alianças a qualquer preço, Os EUA foram contraproducentes, na medida em que terminaram aumentando o número de países ou populações hostis aos Estados Unidos.

Outro ponto em que seu unilateralismo foi ineficaz foi na forma como foi conduzida a campanha norte-americana contra o terror e a sua legitimidade. Ao mobilizar os Estados Unidos para uma cruzada contra o terror, definiu-se o inimigo e colocou-se a nação americana no caminho da guerra. E antes mesmo de se consolidar a vitória, o próprio governo norte-americano distribuiu as tarefas economicamente vantajosas da reconstrução do Iraque entre seus aliados. Desrespeitaram-se opiniões contrárias, inclusive de membros do próprio Conselho de Segurança, que reclamavam por mais provas sobre a posse de armas de destruição em massa pelo Iraque. França e Rússia, que à época tinham interesses comerciais na região, por conta dessa ingerência unilateral viram seus investimentos serem perdidos. Em função dessa política, mais uma vez os EUA sofreram um forte isolamento internacional (CAMBESES, 2002).

A hegemonia americana enfrentou sério desafio quando da crise financeira de 2008, pois muitos enxergaram que os seus efeitos devastadores poderiam ter sido reduzidos se os EUA tomassem ações no sentido de coordenar o combate a crise, fazendo valer sua hegemonia. A timidez do governo americano no momento da eclosão da crise fez com que uma resposta séria somente viesse a ser dada já no mandato de Barack Obama, em 2009.

Ao final do governo Bush, o que mais preocupava o mundo era viver numa ordem unipolar, dominada por um único país. Com o término dessa fase e a posse

do presidente Barack Obama, um novo ambiente geopolítico aparenta estar ressurgindo. A Rússia busca reocupar o espaço da antiga União Soviética. A China, vivendo o seu sistema “dois em um”, vem assumindo um espaço importante no sistema internacional. Embora ainda possamos definir o mundo como unipolar – pois a hegemonia norte-americana nos campos financeiro, tecnológico, cultural, econômico e político ainda é inquestionável, nota-se que os Estados Unidos estão buscando modificar a forma de lidar com essa hegemonia: impô-la menos e compartilhá-la mais com o resto do mundo, combatendo os efeitos colaterais desses últimos oito anos sob a administração Bush, que foram caracterizados por um intenso unilateralismo.

4. OS CRIMES ORGANIZADOS TRANSNACIONAIS

Até o final do século passado, com o fenômeno conhecido como “Queda do Muro de Berlim” – e a consequente fim da bipolaridade mundial, a geopolítica podia ser estudada à luz do papel do Estado, como elemento central e ao mesmo tempo como elemento aglutinador de suas forças internas. A Alemanha, o Japão, a antiga URSS, os EUA, a China, são os exemplos clássicos de Estados que exerceram o papel de perturbadores geopolíticos do sistema político internacional, tendo no poder militar o sustentáculo de suas decisões no campo político e diplomático.

A partir daí, com o surgimento de uma potência hegemônica, com as revoluções da informação e da globalização e com a consequente multiplicação dos centros de decisão, passamos a viver um período de difusão de poder e de esvaziamento e disfunção do Estado Soberano em proveito de vetores transnacionais. Estes vetores, mesmo já existentes no passado, adquiriram tamanha capacidade de influenciar o destino no globo que, em muitas vezes, superaram a capacidade do próprio Estado nacional.

Dente esses vetores, o crime organizado tornou-se uma das maiores ameaças ao equilíbrio internacional nos dias atuais. Com grande poder financeiro e capacidade de enfrentar as forças da lei, os diferentes ramos do crime organizado se aliam ou se interligam, para escapar dos sistemas legais dos Estados.

4.1. O TRÁFICO DE ARMAS

Uma das vertentes mais importantes do crime organizado, e bastante lucrativa, é o tráfico de armas. Dados indicam que o tamanho estimado da movimentação dessa atividade estaria na casa dos 290 bilhões de dólares por ano (MAIEROVITCH, 2009). Tal atividade ilícita movimenta armas obtidas no mundo de diversas formas ilegais, como compras no mercado negro, roubos à fábricas e armazéns, desvios em unidades militares, unidades policiais e navios de transporte.

O flagelo do tráfico de armas assola todas as regiões do mundo. Na América Latina, o seu poder é sentido especialmente por dar suporte à ação do crime organizado, permitindo seu acesso a armamentos com grande poder de fogo, como fuzis, armas anticarro e antiaérea, desafiando o poder constituído em um enfrentamento que apresenta índices de violência semelhantes a uma guerra. Por exemplo, no Brasil são 48 mil homicídios/ano contra 52 mil homicídios/ano em todos os conflitos do mundo somados, segundo dados do PNUD e do Ministério da Justiça (2008).

O Brasil enfrenta dificuldades no combate a tal atividade ilícita. Importantes apontamentos sobre a questão foram realizados nos últimos anos, com o esforço investigativo empreendido pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Armas (2006). Os resultados foram alarmantes e mostraram a combinação da fiscalização precária com os desvios de armas de empresas privadas e forças de segurança do Estado, como a responsável pelo vasto arsenal em poder do crime organizado.

Além das armas de procedência nacional, a Comissão identificou, ainda, a existência de rotas externas que alimentam os arsenais do crime. Levantamentos indicam que existam três rotas principais utilizadas pelos traficantes de armas para introduzirem armas no Brasil. A primeira rota vem do Paraguai, passando pela Argentina entrando pela região Sul do Brasil. Uma parte das armas dessa rota são de procedência brasileira, tendo sido originalmente exportadas por via legal para esses países ou desviadas de órgãos públicos brasileiros e paraguaios.

A segunda rota vem da Europa, onde armas de toda a Europa são embarcadas no porto de Roterdã, na Holanda, chegando ao Brasil por meio do Suriname, onde traficantes penetram na fronteira, valendo-se das dificuldades de fiscalização naquela área. Uma parte dessas armas é reembarcada e são

4.2. O TRÁFICO DE DROGAS

O tráfico de drogas tem modificado a estrutura econômica e de poder no globo. Atualmente, graças ao enorme fluxo de capitais gerados pelo narcotráfico, os cartéis passaram a exercer forte domínio de áreas produtoras e áreas consumidoras de drogas, gerando alteração no equilíbrio de poder, com esvaziamento do Estado.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP) em 1997, o narcotráfico movimentava valores de cerca de 8% das exportações mundiais. Sua súbita saída do mercado financeiro representaria, assim, um dano maior do que a sua permanência (UNODC, 2003).

Algumas estimativas do comércio global puseram o valor das drogas ilegais a cerca de US\$ 400 bilhões no ano 2000. Somado ao valor do comércio global de drogas legalizadas (tais como o tabaco e o álcool), corresponde a uma quantidade superior ao dinheiro gasto para a alimentação no mesmo período de tempo. Em 2005, o Relatório Mundial sobre Drogas das Nações Unidas informou que o valor do mercado ilícito de drogas foi estimado em 13 bilhões de dólares ao nível de produção, 94 bilhões ao nível de preço de mercado e a mais de um trilhão baseado nos preços de cultura, levando em conta inclusive as perdas.

No Brasil, particularmente no Estado do Rio de Janeiro, um estudo da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro ("A Economia do Tráfico na Cidade do Rio de Janeiro: Uma Tentativa de Calcular o Valor do Negócio"), efetuado em dezembro de 2008, estimou que o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro (maconha, cocaína e crack) fatura entre 316 e 633 milhões de reais por ano, mas lucra algo em torno de 130 milhões. Entre os altos custos suportados pelos traficantes, estão o de logística de fornecimento e autoproteção e as perdas decorrentes das apreensões policiais. Além dos gastos com mão de obra, haveria gastos entre 121 e 218 milhões de reais por ano com a reposição de armas e a compra de produtos (ESTADO, 2009).

Nos países da América do Sul e da Ásia são produzidos a maioria dos entorpecentes consumidos no mundo, com prioridade para o Afeganistão (ópio), Peru (folha de coca), Bolívia (folha de coca) e Colômbia (refino da cocaína). Países como Brasil, Venezuela, Paraguai, Irã e México funcionam, no sistema, como ligação das regiões produtoras aos centros consumidores. Os centros de consumo estão

localizados nos países ricos, como os Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental, Japão e Austrália. Alguns centros financeiros servem à lavagem de dinheiro, destacando-se Suíça, as Ilhas Cayman, Hong Kong, Tailândia. Além disso, é de países como Suíça, Alemanha e Estados Unidos que chega a maior parte das substâncias químicas necessárias ao refino da droga.

Neste cenário, a Colômbia destaca-se como o país da América Latina de maior penetração do tráfico de drogas, a partir de cartéis organizados em torno da indústria global da cocaína. Isso ocorre na Colômbia pela singular combinação de fatores que dificultaram o combate ao narcotráfico naquele país. A ligação econômica e financeira com os Estados Unidos; a existência de uma classe empreendedora marginalizada do processo de industrialização da América Latina; a presença de contrabandistas com sólidos vínculos com as culturas e sociedades locais; e, ainda, a combinação desse ambiente com a presença de organizações de inspiração comunista (que operam mediante o uso de métodos terroristas e de táticas de guerrilha para a implantação do socialismo na Colômbia), que buscam, ao associarem-se ao comércio de cocaína, recursos financeiros para sua sustentação (CASTELLS, 1999, 237-238).

Atualmente, o México também tem se destacado como um dos mais importantes centros de produção e exportação de drogas da América Latina. No ano de 2008, mais de 6 mil pessoas foram assassinadas, envolvidas com a questão do narcotráfico. Um dos principais cartéis de droga no México localiza-se na cidade de Tijuana, na fronteira com os Estados Unidos. Hoje, os cartéis de droga mexicanos se fazem presentes em mais de 230 cidades norte-americanas.

Segundo Juvenal Araújo Silva Júnior (2003), sendo os EUA o país que apresenta o maior número de consumidores no mundo e o que mais combate o narcotráfico, as grandes redes do crime organizado nesse país são as grandes beneficiadas deste negócio. Como os demais produtos primários, enquanto a coca é vendida de 1,20 a 3 dólares por quilo e a pasta de cocaína é vendida de 250 a 1.500 dólares, a cocaína, no mercado norte-americano, é vendida de 80.000 a 100.000 dólares o quilo.

A política de combate ao tráfico facilita a venda de tecnologia para os países que sofrem pressão para conter a produção das drogas. O programa SIVAM, vendido ao Brasil, constitui um exemplo. Além disso, os Estados Unidos se utilizam da justificativa do combate ao narcotráfico para manter-se em países envolvidos com

o narcotráfico, como o México, a Colômbia e o Afeganistão, de acordo com os interesses de sua política externa.

Nos países onde a economia da droga se fundamenta na agroindústria (produtores), caso dos países Andinos e Platinos e do Sudeste e Sudoeste Asiático, a atividade ilícita pode alterar os valores morais da população, a sua distribuição geográfica, os fluxos migratórios e as taxas de crescimento de cidades médias e pequenas. Essas alterações acabam, ainda, modificando as estruturas de poder, tanto no nível local quanto regional e nacional, permitindo que lideranças locais envolvidas com o narcotráfico sejam enriquecidas e, assim, politicamente representadas no governo federal.

No contexto urbano, em particular nos centros consumidores, a violência e a exclusão social passam a ser fenômenos simbióticos ao narcotráfico. Nesse cenário em que se verifica na maioria das vezes o esfacelamento do Estado, lideranças paralelas são criadas e exercem total controle em feudos próprios.

Por fim, ainda como fator desestabilizante do sistema internacional, o tráfico de drogas tem servido, por alguns Estados ou movimentos revolucionários, para financiar forças militares em conflitos armados. Recentemente encontramos este exemplo com as FARC na Colômbia, com os Tâmile no Sri Lanka, com os Albaneses no Kosovo, e com os Paquistaneses na Caxemira (IAEM, 2003).

O narcotráfico, pela dependência que gera no fluxo financeiro internacional de seus recursos, pela capacidade de alterar as estruturas de poder em benefício de seus interesses e por permitir que um Estado possa, sob argumento de defesa de seus interesses, intervir em outro Estado, tem sido um fator com grande capacidade de alteração do equilíbrio geopolítico no sistema internacional.

4.3. O TRÁFICO DE PESSOAS

O tráfico de pessoas é um fenômeno complexo e multidimensional, que se confunde com outras práticas criminosas e de violações aos direitos humanos. Essa atividade não serve mais apenas à exploração de mão-de-obra escrava. Ela alimenta as redes internacionais de exploração sexual comercial, muitas vezes ligadas a roteiros de turismo sexual, e quadrilhas transnacionais especializadas em retirada de órgãos.

A definição aceita internacionalmente para tráfico de pessoas encontra-se no

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (2000), instrumento já ratificado pelo governo brasileiro. Segundo o referido Protocolo, a expressão significa “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.”

O tráfico de pessoas é uma das atividades criminosas mais lucrativas. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o lucro anual produzido com o tráfico de pessoas chega a 31,6 bilhões de dólares. Levantamento do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes mostra também que, para cada ser humano transportado de um país para o outro, o lucro das redes criminosas pode chegar a US\$ 30 mil por ano.

Estimativas da OIT assinalam que durante o ano de 2005 o tráfico de pessoas fez aproximadamente 2,4 milhões de vítimas. A OIT estima que 43% dessas vítimas sejam subjugadas para exploração sexual e 32% para exploração econômica.

Ainda há poucos dados disponíveis que permitam uma aproximação real da dimensão do problema no Brasil. Um dos estudos mais importantes para a compreensão desse fenômeno no Brasil foi a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (PESTRAF), realizada em 2002. A PESTRAF mapeou 241 rotas de tráfico interno e internacional de crianças, adolescentes e mulheres brasileiras, indicando a gravidade do problema no país. A PESTRAF permanece ainda como a única pesquisa de abrangência nacional sobre o tema.

Muitas das informações contidas na PESTRAF foram incluídas no material que serviu de ponto de partida para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, instituída em 2003, com o propósito de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Em pouco mais de um ano, a CPMI percorreu todas as regiões do país, realizou diversas reuniões e audiências, ouvindo representantes de entidades da sociedade civil, do Poder Público, bem como acusados e vítimas de exploração sexual. Em seu relatório final, a CPMI sugeriu alterações à legislação brasileira,

algumas das quais já foram contempladas na alteração do Código Penal feita em março de 2005. A CPMI também avaliou políticas públicas e recomendou ações ao governo federal.

É importante apontar que, embora muitos casos referentes ao tráfico de pessoas envolvam vítimas brasileiras, o Brasil também tem sido o destino de muitas mulheres e meninas de países da América do Sul, que são traficadas para fins de exploração sexual comercial, bem como de homens e meninos que são trazidos ao país para a exploração de trabalho escravo.

5. TERRORISMO INTERNACIONAL

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, contra os EUA, realizados pela rede terrorista *Al-Qaeda*, liderada por Osama bin Laden, o fenômeno do terrorismo despertou grande interesse no mundo ocidental, por ter atingido um país que, até então, era considerado protegido contra esse tipo de ação.

O terrorismo é fenômeno típico do século XX. Refere-se a uma estratégia política utilizada por grupos organizados que agem sob uma bandeira, com o uso de violência física ou psicológica, em tempos de paz, contra a ordem estabelecida, por meio de ataques a um governo ou à população que o legitimou, de modo que os estragos psicológicos ultrapassem largamente o círculo das vítimas, para incluir o resto da população do território. Todos os membros desses grupos estão absolutamente convencidos da nobreza de suas causas e da justeza de suas ações. O terrorismo não é um fenômeno entendido da mesma forma por todos os indivíduos, independente do contexto histórico, geográfico, social e político.

As controvérsias em redor do terrorismo recaem em determinar se o ato terrorista é autodefesa contra um agente mais poderoso em uma luta assimétrica ou uma agressão na medida que comete violência contra alvos não militares; autodeterminação nacional contra um opressor que não reconhece o direito à autodeterminação de um povo ou crime hediondo.

O terrorismo pode ser indiscriminado ou seletivo. O indiscriminado ou aleatório são as ações que se destinam a fazer um dano a um agente indefinido ou irrelevante. Não existe um alvo estabelecido previamente. Este visa a propagação do medo geral na população, cansar a retaguarda e vencer por um sentimento geral de

instabilidade. O terrorismo seletivo visa atingir diretamente um indivíduo, um alvo reduzido, limitado, específico e conhecido antes de efetuar o ato. Busca a chantagem, vingança ou eliminação de um obstáculo. Considera-se terrorismo porque tem efeitos camuflados e políticos, além daqueles tipicamente militares.

O acesso à tecnologia da informação tem permitido a globalização do terrorismo. Por exemplo, as divergências entre chechenos e russos foram resolvidas num país báltico. A guerra civil argelina trasladou-se para Paris. O ódio antisemita explodiu em Buenos Aires. O acesso ao desenvolvimento tecnológico permite, ainda, que atentados sejam realizados por meio de armas de destruição maciça e de sabotagens cibernéticas. Podemos imaginar os danos causados pelo uso de radiofrequências de alta energia, capazes de inutilizar um alvo eletrônico qualquer, como cabines de aeronaves. Sabe-se da ação de “*hackers*” que penetram em redes consideradas seguras, têm acesso e destroem informações importantes, podendo causar danos irreparáveis em dados arquivados em um dia de transação financeira nas bolsas de valores de Nova Iorque, Londres e Tóquio.

Os Estados falharam em não reconhecer as modificações que o conceito de soberania nacional sofreu, com o advento das ferramentas da tecnologia, da globalização e da democratização do conhecimento. Graças a elas, os Estados perderam parte de sua capacidade de controlar e de influir em sua sociedade, economia e território. Grupos bem estruturados, como os grupos terroristas – menores, mais flexíveis, transnacionais – não tiveram dificuldade em adaptar-se à nova realidade e ocuparam o vazio deixado pelo Estado moderno, restrito ao conceito anterior de soberania e à sua territorialidade.

Constata-se que, a partir da década de 1990, o terrorismo político foi sobrepujado pelo religioso. Esta circunstância não escapa ao questionamento de muitos, que não encontram resposta para tal inversão de conceitos e valores.

A forma mais comum de terrorismo religioso é o terrorismo islâmico (também conhecido como terrorismo islamita ou terrorismo *jihadista*), que é o terrorismo praticado por aqueles cujas motivações estão enraizadas nas suas interpretações do Islamismo. Segundo o Centro Nacional de Contra-Terrorismo dos Estados Unidos, o “extremismo islâmico” foi responsável por aproximadamente 25% de todas as fatalidades por terrorismo no mundo inteiro. Esses atos de terrorismo incluíram desvios de aviões, decapitações, ataques a bomba, raptos, assassinatos, ataques suicidas e ocasionalmente, violações.

O maior ato do terrorismo islâmico foi o atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos. Outros ataques proeminentes ocorreram no Iraque, Afeganistão, Índia, Israel, França, Rússia, Espanha e China. Estes grupos terroristas frequentemente descreveram as suas ações como uma *Jihad* Islâmica (erradamente traduzido por “Guerra Santa”).

O termo terrorismo islâmico é controverso, pois alguns especialistas concluem que tal termo pode tornar negativo tudo relacionado com o Islamismo e associá-lo a tais atrocidades, pois o Islamismo não é uma religião de apologia a violência, como buscam fazer parecer os extremistas. Ser fundamentalista religioso não implica, necessariamente, em ser um extremista ou um terrorista religioso. Fundamentalismo religioso é um movimento que prega o retorno aos princípios fundamentais da fundação de uma determinada religião.

Os motivos reais de organizações como a *Al-Qaeda* são, inequivocamente, de ordem política. Sua motivação prende-se principalmente à tentativa de mudança de alguns regimes políticos existentes em países árabes e à libertação da interferência ocidental no Oriente Médio. Por exemplo, no caso do Iraque, é libertar este da influência americana. Para alcançar estes objetivos, estas organizações não restringem seus meios. E conseguem criar células terroristas em todo mundo.

Dentre os diversos grupos extremistas islâmicos que fazem uso do terror, podemos destacar o *Hezbollah* e o *Hamas*, que lutam no conflito árabe-israelense; a própria *Al-Qaeda*, que atua em rede em todo o mundo; e o *Talibã*, movimento extremista que controlou o Afeganistão entre 1996 e 2001.

Notou-se, ainda, o crescimento do "Terrorismo de Estado", que é o uso da violência dos governantes contra a população que conceitualmente deveria defender. Neste caso, o terror utiliza-se do poder estatal, como polícia secreta, serviço de informações, exército, guardas revolucionárias, milícias, para castigar opositores políticos, étnicos ou religiosos. São exemplos de terrorismo de Estado o emprego do Terror durante a Revolução Francesa, o holocausto na Alemanha Nazista, o domínio do Japão na China e no Sudeste asiático antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o genocídio armênio na Turquia, as ditaduras na América Latina (Chile, Paraguai, República Dominicana), a ocupação indonésia em Timor Leste, a ditadura soviética, os regimes ditatoriais de Cuba, Myanmar, Irã, Iraque, Turcomenistão, Vietnã, entre outros.

Um aspecto social que deve ser considerado é a pouca comoção atualmente

gerada pelas ações terroristas, em função de sua constância e da região do mundo em que os atentados ocorrem. Por exemplo, um atentado no Oriente Médio que venha a causar um grande número de vítimas traz menos impactos, aos olhos da opinião pública internacional, que um atentado com um número pequeno de vítimas em um país europeu.

O Estado é questionado, hoje, sobre sua capacidade de proteger sua população contra o terrorismo. Até o presente momento, as ameaças prognosticadas visavam, prioritariamente, as instalações e as pessoas situadas em regiões críticas, onde os inimigos atuaram com a cumplicidade dos agentes regionais, geralmente promovidos por algum "revolucionário" que pretendia fortalecer-se desafiando a uma grande potência mundial. Era, portanto, um esquema básico e relativamente fácil de prevenir – ainda que nem sempre com êxito – porque o adversário estava obrigado a atuar em cenários pré-estabelecidos, apelando a recursos técnicos e militares muito limitados. Dessa maneira, a única forma de superá-los era sendo tecnologicamente hegemônicos na prevenção. As consequências desta visão equivocada que não evoluiu constatam-se, agora, com a impotência do Estado no combate ao terrorismo.

Os conflitos não podem, mais, ser regionalizados e controlados nos âmbitos políticos e militares. As potências ocidentais fizeram-se presentes onde seus interesses estivessem, em qualquer região do planeta; essa "mundialização" reverteu no momento em que qualquer movimento rebelde passou a apelar ao terrorismo como prolongamento de sua "política de libertação". Os aliados do passado são os fanáticos e encarniçados inimigos de hoje. Os governos ocidentais, acostumados ao protagonismo e à iniciativa, estão sentindo as consequências de decisões políticas incorretas tomadas quando cooptaram, por exemplo, grupos fundamentalistas que agora escapam a qualquer controle (CAMBESES, 2002).

Resulta grande complexidade dar respostas concretas ao que virtualmente escapa à realidade. Combate-se contra uma imagem e um inimigo invisível, encarnado por suas duas faces: a crença e o terror. Além disto, a maior vulnerabilidade do ocidente, nesse momento, é a sua liberdade, o livre acesso ao conhecimento e a ausência de um Estado policial que cheque e verifique a vida privada de seus cidadãos (MENDES, 2009). O emprego de meios eminentemente bélicos para combater o terrorismo tem se mostrado ineficiente, trazendo muitas vezes o efeito desejado pelo terrorista: o acirramento das medidas repressivas, trazendo a simpatia da população para a causa do terrorista.

Visualiza-se que a incidência dos movimentos terroristas no mundo tenderão a crescer, fruto da assimetria entre aqueles considerados “dominados” e os “dominadores”, dos interesses comerciais e da existência de uma potência hegemônica, que dita as regras do sistema político internacional e que mostra – já na forma como tem reagido nos casos do Afeganistão, do Iraque e da Colômbia, que não está disposta a alterar seu “modus operandi”.

6. A AMÉRICA DO SUL

6.1. AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC)

No final da década de 1990, após um grande período sob a égide de regimes de direita, a América Latina acompanhou o ressurgimento das esquerdas em vários países, por meio de vitórias em eleições democráticas. Essas novas forças alteraram o equilíbrio de poder no subcontinente e trouxeram uma maior proeminência à política regional. Muitos dos políticos dessa “nova” esquerda eram ex-guerrilheiros que, no último quarto do século XX, integraram movimentos armados que visavam à derrubada de governos de direita para a implantação de regimes de tendência marxista.

Com o crescimento das esquerdas, movimentos que caminhavam para o obscuridade – muitos deles dados como remanescentes do período romântico do esquerdismo na América (anos 1950 a 1960) – voltaram a exercer papel relevante na política da América do Sul, sendo reconhecidos, inclusive, por alguns governos como legítimos.

Desses movimentos, o mais importante é o das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que conta com o apoio de diversas organizações de esquerda do continente e é, atualmente, o maior grupo guerrilheiro da América do Sul. As FARC são uma organização de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxista-leninista, que opera por táticas de guerrilha e lutam pela implantação do comunismo na Colômbia. Elas afirmam defender o pobre agricultor na luta contra as classes favorecidas colombianas e se opõem à influência capitalista na Colômbia. Outros interesses das FARC incluem a luta contra a privatização dos recursos naturais, as corporações multinacionais e as

antigas forças paramilitares. As FARC-EP dizem que seus objetivos motivam a tomada de poder na Colômbia por uma revolução armada. Os meios para atingir esse fim são a extorsão, sequestro, ações armadas de médio porte e participação no tráfico ilegal de drogas a partir dos anos 1980.

As FARC são consideradas uma organização terrorista pelos governos da Colômbia, Estados Unidos, Canadá e União Europeia. A ONU e os governos de outros países latino-americanos, como Equador, Cuba, Bolívia, Brasil, Argentina, Venezuela e Chile, não lhes aplicam essa classificação, denominando-as de insurgentes.

Elas foram organizadas em 1964, como a ala militar do Partido Comunista da Colômbia, com inspiração marxista e visando transformar o país num Estado comunista. Nas décadas de 1960 e 1970, as FARC lutaram contra o governo central, recrudesco a violência na Colômbia. Nos anos de 1980, adicionaram o sufixo EP à sigla do grupo, que significa "*Ejército del Pueblo*", em uma mudança de paradigma, em que as FARC-EP acreditavam que seriam capazes de passar à próxima fase do movimento revolucionário, organizando um exército popular em um ambiente de guerra convencional para a tomada do poder.

A cadeia de comando das FARC está dividida da seguinte forma: Estado-Maior Central (mais conhecido como o secretariado, é o órgão superior de direção e de comando das FARC-EP. O secretariado é quem nomeia os líderes de cada bloco, e restringe as áreas de atuação de cada bloco); Bloco (grande unidade estratégica de gestão e controle do território. A Colômbia está dividida em 7 blocos. Cada bloco é composto por cinco ou mais frentes); Frente (consiste entre 50 a 500 homens e controlam uma determinada zona do país); Coluna (é uma larga frente); Companhia (geralmente cerca de 50 homens, são responsáveis pelas ações contra forças governamentais); Guerrilha (consiste de dois pelotões); e Pelotão (unidade básica, composta por 12 combatentes).

A partir do final de década de 1980, com a repressão do governo colombiano e a perda de apoio da maioria da população, as FARC passaram por dificuldades para recrutar e para conseguir recursos para prosseguir em sua luta. Iniciaram um processo de associação com o tráfico de entorpecentes, primeiro cobrando pela proteção dada aos produtores e depois se envolvendo diretamente na própria produção. Essa simbiose deu origem ao movimento chamado de narcoguerrilheiro, o que provocou a separação formal das FARC com o Partido Comunista Colombiano e

a formação de uma outra estrutura partidária clandestina, o Partido Comunista Colombiano Clandestino. Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, as FARC controlam a maior parte do refino e distribuição de cocaína dentro da Colômbia, sendo responsável por boa parte do suprimento mundial de cocaína e pelo tráfico dessa droga para os Estados Unidos.

A década de 1990 presenciou um ambicioso processo de negociação entre as FARC e o governo colombiano de Andrés Pastrana Arango, visando a pacificação do país. O marco para o início das conversações foi a criação de uma zona desmilitarizada com cerca de 42 mil quilômetros quadrados, que ficou na prática sob o controle das FARC. Uma grande crítica à iniciativa de Pastrana foi que as negociações não previam um cessar das hostilidades, o que permitiu que as FARC ampliassem seu poder militar ao mesmo tempo que discutiam os temas de paz.

Em 2001, a prisão de membros do grupo terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) na cidade de Bogotá, que teriam supostas ligações com as FARC, chamaram a atenção para as ligações das FARC com outras redes de terrorismo internacional.

Em 2002, assumiu o governo da Colômbia o presidente Álvaro Uribe, que lançou uma dura campanha militar contra a guerrilha, amparado pelo “Plano Colômbia”, no qual os EUA investiram mais de US\$ 1 bilhão para treinamento e equipamento das forças armadas colombianas². As ofensivas do governo enfraqueceram militarmente e politicamente o movimento, que recuou para a selva amazônica colombiana e passou a realizar apenas ações pontuais, diferentemente das grandes ofensivas do passado.

Com o resgate de muitos reféns importantes, que se encontravam em poder das FARC, a partir de julho de 2008, incluindo a ex-candidata a presidência e senadora Ingrid Betancourt, e com a morte dos seus principais líderes (Manuel Marulanda Vélez, “*Tirofijo*”, comandante em chefe e fundador das FARC-EP, morto em maio de 2008; Raúl Reyes, porta-voz tradicional e número 2 da organização, morto em março de 2008), as FARC passaram a experimentar um grande período de desprestígio e desorganização.

A situação somente não ficou insustentável graças ao apoio recebido de

²

O Plano Colômbia foi criado pelo governo dos Estados Unidos em 2000, em associação com o governo colombiano. Destina-se oficialmente a combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia, porém tem o também propósito de desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, com ajuda financeira e militar dos EUA ao governo colombiano. Para o benefício estadunidense, o projeto aumenta a presença norte-americana em uma área de grande interesse geopolítico, por sua posição estratégica e sua riqueza em recursos energéticos (petróleo, gás, carvão) e minerais.

governos estrangeiros que, segundo denúncias não confirmadas, teriam consentido com a utilização de parte de seu território na fronteira para o homizio da guerrilha e, ainda, teriam facilitado o acesso a armas e equipamentos. Essa aproximação das FARC com governos de orientação esquerdista e o fato de as FARC se autodenominarem integrantes do movimento “bolivariano”, levantou suspeitas quanto ao apoio do governo venezuelano de Hugo Chávez (declaradamente contrário ao governo Uribe), principalmente após denúncias da presença sistemática de guerrilheiros das FARC nesse país.

Atualmente, segundo estimativas do governo colombiano, as FARC possuem entre 6 a 8 mil membros, uma queda de mais da metade dos 16 mil existentes em 2001. Desse total, cerca de 20 % são recrutas com menos de 18 anos de idade. Outras estimativas avaliam em mais de 18 mil guerrilheiros, números que as próprias FARC reclamaram em 2007 numa entrevista com Raul Reyes. As FARC-EP estão presentes em cerca de 20% do território colombiano, principalmente nas selvas do sudeste e nas planícies localizadas na base da Cordilheira dos Andes.

Por conta da violência indiscriminada praticada contra a população, as FARC contam com baixa popularidade. Segundo o instituto de pesquisas *Gallup*, sua rejeição é de 93% e seu apoio é de 1%. Por outro lado, a ofensiva do presidente Uribe lhe proporcionou alta popularidade na Colômbia. Quando assumiu o cargo, em 2002, estimava-se que a guerrilha comunista tivesse o controle efetivo de 40% do território colombiano. Com as ações de seu governo, os índices de criminalidade colombianos atingiram em 2005 os níveis mais baixos em 20 anos.

6.2. O BOLIVARISMO

O Bolivarismo ou Bolivarianismo é uma ideologia baseada nas ideias defendidas pelo libertador Simón Bolívar e faz referência, entre outros aspectos, à concepção de justiça social, à extensão de benefícios sociais amplos à população, ao repúdio à intromissão estrangeira nas nações latino-americanas e à dominação capitalista na economia, a uma maior ingerência do Estado nos diversos campos de poder nacional e a uma aliança estratégica entre os países latino-americanos. Essa ideologia está bastante difundida na América Latina, tendo sido incorporada ao discurso de alguns governos de esquerda, a partir dos início da década de 2000.

Aqueles que se autodenominam bolivarianos, se inspiram em uma

interpretação da ideologia expressa por Simón Bolívar nos documentos da Carta de Jamaica, o Discurso de Angostura e o Manifesto de Cartagena³, entre outros. Atualmente, a ideologia bolivariana tem como seu principal seguidor e divulgador o presidente venezuelano Hugo Chávez, que defende as mudanças em seu governo como de inspiração bolivariana. Também o grupo guerrilheiro colombiano das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, nos últimos anos, tem anunciado que se consideram inspirados nas ideias de Simón Bolívar para tentar implantar um governo marxista na Colômbia. Por conta disso, é percebida uma aproximação entre as FARC e o governo venezuelano, com sua Revolução Bolivariana, apesar da negação deste de que estaria apoiando aquela guerrilha.

O Bolivarismo adaptado pelo presidente Chávez, denominado “chavismo”, busca um elo entre as ideias pan-americanas de Simón Bolívar e o marxismo latino-americano. Tal interpretação tem suscitado polêmica, pois em países que adotaram o “chavismo” verifica-se uma crescente crítica por parte da oposição liberal e das nações tradicionalmente democráticas, que acusam os governos “chavistas” de estarem subvertendo a ordem democrática em proveito da implantação de regimes autoritários com inspiração marxista-leninista, a exemplo de Cuba. Essas reações são decorrentes das medidas adotadas, como por exemplo: reformas constitucionais, ampliação de mandatos e de número de reeleições presidenciais, políticas de distribuição de renda populista com fim eleitoreiro, restrição da liberdade de imprensa e de funcionamento das oposições políticas, aumento de poder do Executivo em detrimento dos demais poderes constituídos, nacionalização de empresas de capital estrangeiro, aproximação com governos autoritários, reforço da política armamentista, antiamericanismo, entre outras.

No caso venezuelano, apesar das várias acusações dos EUA, Colômbia e Chile de constituir-se em um ator desestabilizador na América Latina, nota-se uma melhoria no índices de desenvolvimento humano (IDH), particularmente por conta de benefícios sociais que foram estendidos à população mais pobre e de uma melhor

³

Manifesto de Cartagena: em 1812, Bolívar reiterou a necessidade de união dos revolucionários sul-americanos e criticou as debilidades do federalismo, afirmando que ao mesmo tempo ele era o mais eficaz sistema para propiciar a felicidade humana, mas era inadequado aos interesses das nações recém formadas na América do Sul.

Carta da Jamaica: em 1815, Bolívar expressou o desejo de formar uma confederação hispano-americana com as regiões que anteriormente pertenciam ao Império Espanhol, baseado no fato delas terem um passado histórico em comum, as mesmas instituições, professarem idêntica religião e terem o espanhol como a sua língua dominante.

Discurso de Angostura: em 1819, Bolívar afirmou que a continuação da autoridade num mesmo indivíduo frequentemente tem sido o fim dos governos democráticos, e que as repetidas eleições são essenciais nos sistemas populares, porque nada é tão perigoso como deixar permanecer um mesmo cidadão por muito tempo no poder. O povo se acostuma a lhe obedecer, e ele se acostuma a mandar, de onde se origina a usurpação e a tirania.

distribuição de renda. Em 2006, por exemplo, o IDH venezuelano foi de 0,826, ultrapassando o índice do Brasil (0,807), colocando aquele país em 61º no ranking mundial, 13 posições melhor em relação a 2005 (ESTADO, 2008).

A política externa “chavista” buscou apoio internacional por meio da criação de uma aliança, fora da influência dos EUA e da Europa. A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (antiga Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA) é uma aliança de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe. É fortemente influenciada pela ideologia bolivariana e marxista e representa uma tentativa de integração econômica regional que não se baseia essencialmente na liberalização comercial, mas em uma visão de bem-estar social, troca e de mútuo auxílio econômico. Foi instituída em 14 de dezembro de 2004, na cidade de Havana, Cuba, como um acordo inicial entre Venezuela e Cuba. Atualmente a ALBA-TCP é composta por nove países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Honduras, Antígua e Barbuda, Dominica e São Vicente e Granadinas. Os países membros da ALBA-TCP discutem a implantação de uma nova moeda regional, o Sucre.

6.3. O OCASO CUBANO

A Revolução Cubana, de 1959, serviu de inspiração para muitos regimes e governos de esquerda na América Latina, durante toda a segunda metade do século XX.

Nas décadas após a revolução, Cuba e EUA assinaram alguns acordos. Apesar de não manterem formalmente relações diplomáticas, os dois países mantêm missões dentro das embaixadas da Suíça, que realizam funções consulares quando necessário.

Com o fim da Guerra Fria, Cuba experimentou um amargo período de crise. Muito da estrutura montada pelo governo teve de ser desmontada devido à carência de recursos e pelo embargo econômico mantido pelos EUA. Com a acomodação após a queda da URSS, o país está lentamente se recuperando de uma séria recessão econômica que se seguiu à retirada dos subsídios da antiga União Soviética (cerca de 4 a 6 bilhões de dólares anuais em 1990).

Com a crise financeira e a avançada idade da cúpula dirigente do regime,

ocorreu um grande debate na comunidade internacional sobre o futuro de Cuba. O afastamento de Fidel Castro do governo é um estímulo para a reaproximação da ilha com a comunidade internacional.

É importante destacar que, mesmo com a vigência do embargo, nem todo o comércio entre Estados Unidos e Cuba é proibido. A exportação de alimentos dos EUA para a ilha está autorizada desde 2000, desde que o pagamento seja feito exclusivamente à vista e antecipado. Além disso, os Estados Unidos são o sétimo exportador de alimentos para a ilha (incluindo ajuda humanitária) (CNN, 2000).

O embargo comercial a Cuba é um tema extremamente controverso no mundo. Em 2007, por exemplo, foi condenado pela Assembleia Geral da ONU, em uma votação expressiva de 184 votos contra 4 (BBCBRASIL, 2007). Mesmo os críticos de Fidel Castro e do seu regime veem com restrição o embargo, argumentando que as medidas restritivas mais ajudaram ao governo castrista que o prejudicaram, pois o isentaram da responsabilidade dos problemas sociais e econômicos da ilha ao transferir a “culpa” para os norte-americanos. A proibição de comércio com os EUA acabará por ajudar outros países, particularmente latino-americanos, pois com a sua suspensão que se visualiza próxima, os empresários desses países serão priorizados em detrimento dos norte-americanos. Politicamente, o isolamento de Cuba acaba por dificultar as relações dos EUA com a América Latina, colaborando para a aproximação das esquerdas com o governo castrista e alimentando o antiamericanismo no continente (GHARIB, 2007).

Os EUA aprovaram leis a favor da transição democrática na ilha, visando aumentar a pressão sobre o regime, mas até o momento Cuba tem se mostrado irredutível em sua opção socialista de governo. Analistas creem que uma real mudança só tomará lugar após a morte de Fidel Castro, enquanto outros apontam que com as reformas empreendidas por Raúl, já esteja ocorrendo uma transição no poder em Cuba.

Em 2009, a suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos foi revogada, sendo estabelecida uma série de normas de respeito aos direitos humanos e ao regime democrático para seu retorno integral. Até o momento, o governo cubano não demonstrou interesse em alterar o seu *status quo* para retornar à OEA.

7. OS DIREITOS HUMANOS COMO FATOR DE POLÍTICA INTERNACIONAL

O tema Direitos Humanos tem sido cada vez mais relevante nos fóruns internacionais. Nos conflitos armados, a crescente preocupação com o respeito aos Direitos Humanos, particularmente da população civil, tem modificado o perfil da guerra e buscado dar a ela um aspecto mais “humanitário”.

Durante a história moderna, ocorreram tentativas de regulamentar os direitos do homem. Em 4 de julho de 1776, na Declaração Americana da Independência, constou os direitos naturais do homem pela primeira vez em uma carta constitucional. Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada pela Assembleia Nacional Constituinte da França Revolucionária, alargou o campo dos direitos nas áreas dos direitos econômicos e sociais.

A influência dos Direitos Humanos nas relações entre os Estados foi reforçada na história contemporânea, após a Segunda Guerra Mundial, conflito caracterizado por violações e atrocidades contra populações civis. Em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com os objetivos de manter a paz mundial, proteger os Direitos Humanos, promover o desenvolvimento econômico e social das nações, estimular a autonomia dos povos dependentes e reforçar os laços entre todos os Estados soberanos. A partir desse marco, o conceito de Direitos Humanos foi universalizado, alcançando relevância na cultura jurídica internacional.

Em 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que passou a ser o documento de referência dos Direitos Humanos no mundo.

Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não tem caráter obrigatório para os Estados, originou-se um arcabouço jurídico, que especificou os diversos tipos de direitos do homem que deveriam ser respeitados. Convenções, pactos, tratados e protocolos foram elaborados e, com a adesão dos Estados membros da comunidade internacional, passaram a ter caráter obrigatório para Estado que o ratificasse. Se um determinado país signatário não garantir os direitos humanos previstos em um acordo que ratificou, poderá ser pressionado ou obrigado pelas instâncias internacionais a cumpri-lo.

Na estrutura das Nações Unidas, vários órgãos fiscalizam e emitem relatórios periódicos, de forma compartimentada, sobre as atividades dos Estados membros,

quanto ao descumprimento dos direitos consignados nos diversos documentos que regem os Direitos Humanos. Podemos citar alguns deles: Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Programa Mundial de Alimentação (PMA), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (PNUAH), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Um dos reflexos da valorização do respeito aos Direitos Humanos nos conflitos armados foi o incremento das missões de paz, sob a égide da ONU, a partir do último quarto do século XX, com a finalidade de garantir os direitos da população civil. Esse período acompanhou a expansão dessas missões, com contingentes civis, policiais e militares sendo enviados para vários continentes, em especial a África. Essas missões buscavam para manter ou impor a paz, buscando preservar a população civil das violações cometidas pelas partes envolvidas no conflito e reduzir o impacto das crises humanitárias surgidas.

O sucesso desses missões de paz foi relativo. Muitas delas foram bem sucedidas, na medida que conseguiam minorar o sofrimento da população e fazer as partes envolvidas no conflito armado a respeitarem protocolos pré-estabelecidos, como zonas neutras, regras de engajamento, uso mínimo da força, respeito a áreas populosas etc. Outras não alcançaram o sucesso desejado, por diversas razões. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a razão principal do insucesso das missões de paz foi a discordância entre os membros do Conselho de Segurança da ONU, que por estarem direta ou indiretamente envolvidos com o embate ideológico vivido nos países em conflito, impediam a votação de sanções rigorosas contra os violadores de acordos de respeito aos Direitos Humanos.

Atualmente, para dar mais agilidade às verificações de respeito aos Direitos Humanos, a ONU tem trabalhado em parceria com organismos regionais e com organizações não governamentais, que realizam averiguações e submetem às Nações Unidas sua proposta de estudo ou relatório. Uma importantes ONG nessa área é a *Human Rights Watch*, que realiza pesquisa na esfera dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, produzindo relatórios e estudos sobre a situação dos Direitos Humanos em todo o mundo, apontando eventos de violação e responsáveis. Uma das críticas que entidades dessa natureza sofrem é que se valem de padrões e referências culturais de países desenvolvidos para realizar sua avaliação, não

levando em consideração aspectos próprios de cada cultura. Além disso, essas entidades sofreram, ao longo dos anos, uma influência considerável da militância e organismos de esquerda de todo o mundo. Essa situação não garante a imparcialidade de seus relatórios, na medida em que são mais tolerantes com os governos de esquerda.

No caso brasileiro, os tratados, acordos, atos e convenções internacionais, para serem incorporados no ordenamento interno, necessitam de prévia aprovação do Poder Legislativo. O Congresso Nacional possui competência *ad referendum*, limitando-se a aprovar ou rejeitar o texto do instrumento internacional. Não tem autorização para modificá-lo. Apenas analisa a viabilidade daquelas normas passarem a integrar a legislação interna. A ratificação será feita pelo Presidente da República, após a aprovação legislativa pelo Congresso Nacional.

O Brasil já assinou e ratificou os principais instrumentos internacionais, entre os quais (somente na esfera ONU, até 2008):

- 1) Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (ratificada pelo Brasil em 15 de abril de 1952);
- 2) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966) (ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968);
- 3) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) (o Brasil aderiu ao Pacto em 24 de janeiro de 1992);
- 4) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) (o Brasil aderiu ao Pacto em 24 de janeiro de 1992);
- 5) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) (ratificada pelo Brasil em 1º de Fevereiro 1984);
- 6) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984) (ratificada pelo Brasil em 28 de setembro de 1989);
- 7) Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) (ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990);
- 8) Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998) (ratificado pelo Brasil em 25 de setembro de 2002);
- 9) Acordo de estabelecimento do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe (ratificado pelo Brasil em 17 de junho de 1998);

10) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) (ratificada pelo Brasil, promulgada no Senado Federal em 09 de julho de 2008, com *status* de Emenda Constitucional. Aguarda a sanção presidencial);

11) Convenção internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (2006) (assinada pelo Brasil em 06 de Fevereiro de 2007).

12) Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960) (assinada pelo Brasil em 06 de setembro de 1968).

Todos esses instrumentos internacionais possuem plena vigência no direito interno, como se fossem leis aprovadas pelo Congresso Nacional, obrigando-se o Estado brasileiro a adotar políticas, ações, programas e projetos para garanti-los efetivamente.

No sistema político internacional, dois órgãos judiciários, da estrutura da ONU, merecem ser conhecidos: o Tribunal Internacional de Justiça (julga Estados) e o Tribunal Penal Internacional (julga indivíduos).

O Tribunal Internacional de Justiça ou Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas. Tem sede em Haia, nos Países Baixos, sendo também conhecido como Corte da Haia ou Tribunal da Haia. Constitui-se no órgão judiciário principal das Nações Unidas. Sua principal função é de resolver conflitos jurídicos entre Estados, a ele submetidos pelos próprios Estados, e emitir pareceres sobre questões jurídicas apresentadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo Conselho de Segurança ou por órgãos e agências especializadas acreditadas pela Assembleia da ONU. Foi fundado em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, em substituição à Corte Permanente de Justiça Internacional, instaurada pela Sociedade das Nações.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) ou Corte Penal Internacional (CPI) é o primeiro tribunal penal internacional permanente. Foi estabelecido em 2002, em Haia. Seu objetivo é promover o direito internacional e seu mandato é sobre os indivíduos e não os Estados. A corte tem competência para julgar os responsáveis por crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade, quando os tribunais nacionais não puderem ou não quiserem fazê-lo. Sua constituição foi um grande avanço em direção à universalidade dos Direitos Humanos e do respeito ao Direito Internacional. Na sua criação, sete nações votaram contra o projeto (EUA, China, Israel, Iêmen, Iraque, Líbia e Catar) e vinte e uma se abstiveram. Os EUA justificam

o seu veto por não concordarem com a independência do tribunal em relação ao Conselho de Segurança da ONU – ainda que essa autonomia não seja total, pois o Conselho de Segurança poderá bloquear uma investigação se houver consenso entre seus membros permanentes. Na verdade, o governo estadunidense teme que seus soldados em missões no exterior venham a ser julgados por um tribunal que não seja de seu país.

8. O SURGIMENTO DA MULTIPOLARIDADE E O EQUILÍBRIO DE PODER PÓS-GUERRA FRIA

8.1. NOÇÕES BÁSICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais (RI ou ainda chamada de Relações Exteriores) visam ao estudo sistemático das relações políticas, econômicas e sociais entre diferentes países, cujos reflexos transcendam as fronteiras de um Estado, isto é, tenham como foco o sistema internacional. Entre os atores internacionais com influência nas RI, destacam-se os Estados, as empresas transnacionais, as organizações internacionais e as organizações não-governamentais. As RI podem ser focadas tanto na política externa de determinado Estado, quanto no conjunto estrutural das interações entre os atores internacionais.

As Relações Internacionais surgem como um domínio teórico da Ciência Política no pós 1ª Guerra Mundial. Escolas para o estudo exclusivo dessa disciplina são criadas no Reino Unido e nos EUA, refletindo o interesse desses países no entendimento das causas da guerra e em sua prevenção. Posteriormente, desenvolver-se-iam estudos focados na ação estratégica dos Estados, no intuito de conservarem e ampliarem seu poder, tendo como elemento empírico de análise a ação diplomática e bélica. Esses fatores ganham relevância devido ao contexto histórico vivido durante a Guerra Fria. Os teóricos mais eminentes no período são os norte-americanos.

As teorias políticas clássicas concentraram seu interesse sobre as relações internas dos Estados, estabelecidas entre governantes e a sociedade em geral. O estudo das relações internacionais, ou seja, das relações estabelecidas entre os Estados, é muito mais recente. A preocupação com sistema internacional de Estados

foi estimulada pela constituição progressiva de uma economia integrada, de âmbito mundial. As transformações na produção e na circulação de mercadorias típicas do século XVIII e XIX – época da Revolução Industrial – aumentaram a relevância desses estudos.

O vasto campo de estudo das relações internacionais não é definido de forma consensual. Diferentes autores encaram de modo divergente – e muitas vezes conflitante – o objeto das relações internacionais.

8.1.1. ESCOLA IDEALISTA OU LIBERALISTA

Oriunda do pensamento iluminista, a escola idealista enfatiza a comunidade de normas, regras e ideias que sustenta o sistema de Estados. Sua fonte é a noção de direito natural que aplicada ao sistema internacional e implica na definição da justiça como arcabouço das relações entre os Estados. De certa forma, os ecos da visão rousseauiana do contrato social ressurgem aqui em um contexto específico. Essa tradição, que se desenvolveu e se reforçou no mundo anglo-saxão como uma reação moral aos horrores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), forneceu os parâmetros para a escola idealista.

Ainda hoje, a escola idealista assenta-se sobre a ideia iluminista ancestral da possibilidade de uma sociedade perfeita. Essa meta moral condiciona o caráter francamente reformista dos autores, que se preocuparam em adaptar o sistema internacional às exigências do direito e da justiça. Os célebres "Quatorze Pontos", do presidente americano Woodrow Wilson – a proposta de uma paz sem vencidos ou vencedores ao final da Primeira Guerra Mundial, bem como nos princípios fundadores da Liga das Nações, de 1920, inscreveram-se como exemplos da influência idealista na diplomacia do século XX.

Até certo ponto a "política do apaziguamento" de Chamberlain e Deladier – que multiplicou as concessões na vã esperança de acalmar o belicismo de Hitler - foi tributária dessa corrente de ideias.

8.1.2. ESCOLA REALISTA

A segunda tradição enfatiza não a comunidade ideológica do sistema internacional, mas seu potencial conflitivo. As raízes desse estilo encontram-se

essencialmente em Maquiavel e Hobbes.

Maquiavel sublinhou a importância da força na prática política liberta de constrangimentos morais e conferiu legitimidade aos interesses do soberano. Em seu pensamento, os fins condicionam os meios. O inglês Hobbes, como o italiano Maquiavel, nutria profundo pessimismo em relação à natureza humana. Ele realça uma ideia que se tornou a fonte da argumentação básica da escola realista: a ausência de um poder soberano e imperativo nas relações internacionais.

No plano acadêmico, a escola realista desenvolveu-se como reação aos melancólicos e trágicos fracassos da "política do apaziguamento" conduzida na Europa do entreguerras. Substituindo a meta moral do sistema internacional pela análise das condições objetivas que determinam o comportamento dos Estados, os pensadores realistas ancoraram sua argumentação nas noções de *anarquia inerente ao sistema* e da *tendência ao equilíbrio de poder como contraponto a essa anarquia*. Entenda-se anarquia não como caos, mas a ausência de uma autoridade política central acima dos Estados, pois a nenhum Estado cabe o direito de ordenar, bem como os demais não têm obrigação de obedecer.

As divergências entre os autores realistas a respeito dos condicionantes do comportamento dos Estados originaram a corrente neo-realista, também conhecida como realismo estrutural. Contrariamente aos realistas que tentam definir o comportamento dos Estados pela ânsia de poder, os neo-realistas preferiram identificar a busca da segurança como causa última da prática política no sistema internacional.

8.1.3. ESCOLA RADICAL

A terceira tradição tem raízes mais recentes, situadas no pensamento marxista. Karl Marx não produziu uma teoria do sistema internacional, mas da história da revolução social. Ao contrário das tradições citadas anteriormente, não é a cooperação ou o conflito entre os Estados o seu objeto, mas o conflito entre as classes sociais. O Estado é um elemento marginal no pensamento marxista, e o comportamento dos Estados, quando focado, surge apenas como veículo para interesses econômicos, políticos ou ideológicos de outros atores (classes sócio-econômicas, corporações industriais e financeiras etc.). Contudo, principalmente por meio de Lênin, a tradição marxista forjou um pensamento sobre as relações

internacionais, classificado como escola radical ou neomarxista.

O Liberalismo/Idealismo e o Realismo consolidaram-se ao longo das décadas do sec. XX, como as principais correntes teóricas nos estudos internacionais. Ambas as correntes derivariam novos debates, a partir da revisão de seus conceitos em novos quadros analíticos. Nos anos 1980, originar-se-iam dessas discussões as correntes neorrealista e neoliberal.

8.1.4. SISTEMA INTERNACIONAL E O EQUILÍBRIO DE PODER

A política externa consiste no conjunto de posturas, práticas e iniciativas do Estado relacionadas com o ambiente político que o envolve: o sistema internacional de Estados. Raymond Aron, em Paz e Guerra entre as Nações (MAGNOLI, 2009), define o sistema internacional como "o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral". Os sistemas internacionais são constituídos, portando, de unidades separadas - isto é, Estados soberanos - que se encontram integradas pelas relações de independência.

Tomando como ponto de partida o esquema das relações internacionais, podemos dizer que as unidades políticas são rivais por que são autônomas – em última análise, elas só podem contar consigo mesmas.

No ambiente de anarquia do sistema internacional, cada uma das unidades políticas componentes almeja sua segurança particular e, para incrementá-la, acumula meios e recursos de poder. O resultado da atitude de cada unidade política é o aprofundamento da sensação de insegurança das demais que reagem, no sentido de recobrar sua segurança, ampliando seu próprio poder. O equilíbrio de poder não se constitui o alvo da atividade de qualquer componente do sistema, mas emerge eventualmente da combinação das suas iniciativas particulares. Essa anarquia fornece certo grau de estabilidade provisória para o próprio sistema internacional. A estabilidade é assegurada pelo equilíbrio de poder entre as principais potências.

Em primeiro lugar, a estrutura do sistema envolve a consideração dos seus limites. Por muito tempo a distância geográfica funcionou como fator determinante na delimitação dos sistemas: entidades políticas muito distantes não podiam manter relações interativas regulares. O sistema das cidades gregas na antiguidade -

ancorado na rivalidade entre Atenas e Esparta, chegou a abranger, no máximo, o império persa. Contudo, o domínio macedônio ampliou a unidade política e acumulou recursos econômicos e militares que permitiram empreendimentos distantes, dilatando os limites do sistema.

A premissa de interdependência política das entidades também funcionou como fator de delimitação espacial. As relações estabelecidas entre as potências mercantis europeias e as colônias no Novo Mundo, ou as relações entre as potências industriais do século XIX e suas colônias asiáticas e africanas, embora regulares e constantes, não exprimem um sistema mundial, em função da *ausência de soberania dos territórios subordinados*.

Em segundo lugar, a estrutura do sistema depende da configuração da relação de forças. Os sistemas organizam-se em torno das grandes potências, ou seja, dos Estados que dispõem dos meios para exercer uma influência significativa sobre todos os demais. Apenas as entidades políticas cujo poder é levado em conta pelas principais são participantes integrais de um sistema de Estados. A configuração da relação de forças dos sistemas influi decisivamente sobre os padrões de aliança, tensão e conflito que dinamizam.

No século XIX, após a derrota de Napoleão Bonaparte, constituiu-se um sistema europeu baseado na convivência de cinco potências: Grã-Bretanha, França, Prússia, Rússia e Áustria-Hungria. O Congresso de Viena, de 1815, estabilizou as relações entre elas pela constituição da chamada Santa Aliança. O Sistema de Metternich, como ficou conhecido, refletia o equilíbrio de poder entre as potências do Velho Mundo. O sistema de Estados europeus do século XIX representa um exemplo clássico de sistema multipolar ou pluripolar.

Esse equilíbrio, que perdurou por praticamente um século, começou a ser erodido pela unificação alemã de 1871, que gerou novas tensões em função do aumento do poderio da Alemanha e da insegurança que ele provocou entre as demais potências do sistema. Além disso, no final do século, a emergência dos Estados Unidos e do Japão como potências internacionais começou a provocar o alargamento dos limites do sistema, que tendia a se globalizar. A Primeira Guerra Mundial e as crises do entreguerras destruíram definitivamente o sistema multipolar europeu do século XIX.

A Segunda Guerra Mundial (1939-45) originou um sistema internacional de características completamente diferentes. A expressão Guerra Fria referencia-se

nesse novo sistema, de abrangência mundial, alicerçado sobre o equilíbrio entre as duas superpotências termonucleares. Na segunda metade do século XX, a bipolaridade de poder estruturou as relações entre os Estados e definiu os padrões de conflito e cooperação em escala global.

A partir do fim da Guerra Fria, podemos destacar que a complexidade da agenda internacional nos coloca diante de questionamentos sobre a permanência do Estado e da permanência da hierarquia atual na ordem internacional. O surgimento de novos atores capazes de contrariar a consolidada noção de soberania estatal e os problemas sistêmicos relacionados a temas como meio ambiente, ONGs, blocos econômicos regionais, empresas multinacionais, crise econômica global, terrorismo, crime organizado, fontes energéticas, alimento e água, desarmamento nuclear, entre outros – todos eles permeando a estrutura estatal e fugindo do controle dos governos, nos levam a incertezas quanto à definição e à antecipação do ambiente futuro das relações internacionais.

8.2. O MUNDO BIPOLAR E O FIM DA VELHA ORDEM MUNDIAL

O arranjo de poder na relação entre os países mudou completamente com o fim da 2ª Guerra Mundial. As tradicionais potências imperialistas europeias, Alemanha, França e Inglaterra, estavam combalidas ao final do conflito. O esforço de guerra causara uma redução na produção de alimentos e bens de consumo. Os setores estratégicos de seus parques industriais e redes de infra-estrutura estavam parcialmente destruídos.

A maneira como ocorreu o desfecho do conflito também não favoreceu as potências da Europa Ocidental. Ao final, Estados Unidos e União Soviética se afirmaram como novas potências emergentes que viriam a se tornar os dois grandes polos de poder das relações internacionais no pós-2ª Guerra. Logo, as rivalidades e conflitos de interesse surgidos entre ambas dariam início à chamada Guerra Fria, um conflito de fundo ideológico, político e econômico entre as duas superpotências, que disputavam áreas de influência com o intuito de alcançar a hegemonia planetária.

A Guerra Fria durou pouco mais de 40 anos, nos quais foram deflagrados inúmeros conflitos e guerras em nome das disputas ideológicas entre capitalistas e socialistas. Com o objetivo de dissuadir seu oponente, ambas superpotências protagonizaram uma corrida armamentista sem proporções na história, que teve

como desdobramentos a expansão do arsenal nuclear e a corrida aeroespacial. Conflitos como a Guerra da Coreia, a Revolução Cubana, a crise dos mísseis em Cuba, a Guerra do Vietnã e a boa parte das guerras civis relacionadas à descolonização africana e asiática são consequências da estrutura de relações delineadas na Guerra Fria, a maioria com desdobramentos até os dias atuais.

Os arranjos de poder nas relações entre Estados que se configuraram nesse período constituíram o que se denominou uma ordem mundial bipolar, pois as duas superpotências comandavam seus respectivos blocos de poder e disputavam áreas para serem incorporadas. Este ordenamento de poder chegou ao fim em 1991, com o desmembramento da URSS e a crise total do socialismo real.

São muitos os fatores que contribuíram para o fim da União Soviética. Internamente, dentre outros, destacam-se: 1) A estrutura burocrática estabelecida desde os tempos de Stalin, que criou uma classe política privilegiada; 2) A produção insuficiente de bens de consumo; 3) As questões políticas e étnicas internas, já que não havia democracia e a própria constituição do país se dera a partir da imposição do domínio russo sobre os demais povos integrantes das repúblicas.

Relacionados à situação externa e à estagnação da economia nos anos 70 e 80 ocorreram: 1) A dificuldade de incentivar a inovação na maioria dos setores da economia; 2) A incapacidade de produzir com padrões razoáveis de eficiência, fazendo com que o país não acompanhasse os avanços capitalistas da 3ª Revolução Industrial; 3) Os elevados gastos militares decorrentes da corrida armamentista.

8.3. O DEBATE SOBRE AS NOVAS POLARIDADES

Sob certos aspectos, a velha ordem mundial apresentava estrutura claramente definida. Havia dois grandes blocos de poder, associados às ideologias antagônicas. Os diversos países podiam se posicionar em três campos: bloco capitalista, bloco socialista ou não-alinhados. Portanto, apesar de toda a tensão vivida no período, a maior parte dos analistas classifica a Guerra Fria como um momento de relativa estabilidade na estrutura das relações internacionais.

A nova ordem mundial, que se configura a partir da derrocada da URSS, se constitui um arranjo recente, em definição. Um período de transição a um ordenamento que ainda se constrói. Contudo, algumas afirmações já se consolidam nas análises acerca do tema. Por exemplo, as comparações entre velha e nova

ordem tendem a situar esta última como um momento de maior instabilidade na estruturação das relações de poder entre países.

Um dos principais temas das análises acerca da nova ordem é a definição da distribuição do poder planetário a partir da noção de polos. Que mecanismo substitui a bipolaridade predominante na Guerra Fria? Diferentes versões têm sido elaboradas com o intuito de responder a esta questão, o que impossibilita a existência de um consenso sobre o assunto. Identificar os polos de poder significa analisar quais países têm a capacidade de influência nas práticas políticas e econômicas em escala global. Porém, tão importante quanto definir as polaridades que se impõem na atualidade é compreender os principais processos que se delineiam na conjuntura vigente.

Uma das principais características da nova ordem é a substituição do domínio das questões ideológicas e militares pela hegemonia das questões econômicas, mesmo que outros temas difusos ganhem relevância no momento atual. Enquanto na Guerra Fria a definição das potências se dava sobretudo pelo vigor de seu poderio bélico, na nova ordem, a economia é o principal alicerce das tentativas de definição das novas polaridades. Assim, o grau de desenvolvimento econômico, tecnológico e social assume um papel importante na definição dos novos polos de poder.

Um exemplo da preponderância de fatores econômicos na determinação das polaridades atuais está nas definições que identificam a existência de uma tríade composta por EUA, Japão e Alemanha. Estes dois últimos apresentaram um grande crescimento econômico até a recessão dos anos 1990, em boa parte devido aos planos norte-americanos de reconstrução econômica. A quantidade de capital injetado e a presença das empresas norte-americanas contribuíram para elevar novamente a economia de ambos, e também para a manutenção do crescimento estadunidense.

Estes dois países eram, até 2008, respectivamente, a segunda e a terceira maior economia do mundo. Ambos possuem um grande poder de influência em suas respectivas regiões. A Alemanha exerce um papel de liderança política e econômica na União Europeia – ainda que não o faça de forma isolada, o mesmo ocorrendo com o Japão, em relação à Ásia. Contudo, nenhum dos dois países, ao contrário dos EUA, apresenta um destacado poder político ou militar em escala mundial – vide o fato de nenhum dos dois possuir assento no Conselho de Segurança da ONU e até

pouco tempo não possuírem o direito de consolidar uma estrutura militar a altura de seu potencial econômico.

Com a saída de cena do debate ideológico, abriu-se um espaço para que novas questões fossem colocadas nas disputas de poder nas relações internacionais. Temas como direitos humanos, democracia, meio ambiente, geração de energia, segurança e comércio internacional adquirem grande relevância na atual agenda e passam a influenciar com maior vigor o jogo de poder das relações entre Estados.

A globalização e o crescimento dos países emergentes alteram a geografia da produção de bens capitalista e exigem um rearranjo da dinâmica da produção e distribuição de energia. Igualmente, o alto crescimento do volume de produção em um mundo de matriz energética calcada em recursos não-renováveis, torna a disputa pelo controle destes recursos mais intensa. Neste contexto, a segurança energética assume um papel relevante na agenda internacional e se relaciona a conflitos recentes como os do Afeganistão, da Geórgia e a Guerra do Iraque.

A noção de ordem mundial se refere às estruturas de relações internacionais, e sabe-se que o processo de globalização vem afetando o modo como se posiciona o Estado na sociedade capitalista. Observa-se a elevação do poder de organismos internacionais, ONGs e grandes corporações multinacionais, estas últimas sendo consideradas os principais atores da globalização. A própria expansão da circulação dos fluxos por redes que se dispersam pelos mais variados cantos do globo relativiza o poder de controle e determinação do Estado sobre o seu território. Embora seja primordial identificar o papel dos referidos processos e atores no jogo de poder que se configura na atualidade, não se pode cair no alarmismo de que estes substituem os Estados em seu protagonismo na dinâmica das relações internacionais.

Uma característica marcante do atual período é a existência de apenas uma grande potência de presença e influência efetivamente global. Os Estados Unidos são considerados por muitos analistas o maior império da história, por ter alcançado uma supremacia incomparável nos campos econômico, militar, político e mesmo cultural. Hoje, os Estados Unidos controlam bases militares ao redor do mundo e possuem um orçamento militar que beira a metade de todo gasto mundial com o setor. O país possui as principais universidades e o que mais registram patentes, é sede da maior parte das grandes multinacionais, exerce enorme influência sobre o

sistema financeiro e o comércio de *commodities*. A indústria cultural norte-americana complementa a estrutura de dominação aqui delineada, sendo responsável por uma alta fatia da produção de filmes, programas de televisão, produção musical etc. Considerados em conjunto, estes aspectos traduzem uma hábil estratégia de controle hegemônico que ocorre por meio das armas, da inovação tecnológica e da influência sobre os hábitos.

Entretanto, a própria hegemonia estatal norte-americana não se mostra suficiente e eficaz contra a ação de alguns atores não estatais, que exercem papel perturbador no sistema político internacional. A partir do fim da bipolaridade, esses atores passaram de coadjuvantes da guerra ideológica para protagonistas no desequilíbrio mundial. A ação de grupos terroristas, do crime organizado e do narcotráfico, até então contidos e submetidos pela guerra ideológica travada pelas superpotências durante a Guerra Fria, tornaram-se ameaças à estabilidade mundial, desafiando o poder estatal que se viu incapaz de impedir suas ações em um conflito assimétrico, para o qual o Estado não estava e ainda não está preparado. Isso não significa que esses atores sejam novos no sistema internacional. O que é novo é o resultado de sua ação. Se antes possuíam capacidade para desestabilizar algum Estado ou alguma região definida, atualmente sua ação exerce influência em todo o sistema político internacional.

Mais recentemente, os atentados de 11 de setembro de 2001 desafiaram diretamente o poder da “hiperpotência” e contribuíram para a alteração de algumas características da nova ordem. As causas dos atentados se associam: 1) aos efeitos do processo de globalização sobre as áreas periféricas, que geram situações de opressão política, econômica e cultural; 2) às ações imperialistas dos Estados Unidos no Oriente Médio; e 3) à estrutura interna de poder dos países dessa região, altamente complexa e conflituosa.

A resposta norte-americana se deu com base no predomínio de medidas unilaterais, que se estenderam do campo militar ao político e econômico, mesclada com algumas ações baseadas no multilateralismo e na busca de parcerias – usualmente reduzidas à esfera retórica. O evento de 11 de setembro de 2001 não alterou a relação de poder entre as potências, mas influenciou sobre as novas posições e prioridades destas, em especial da potência hegemônica. De fato, o que se sucedeu aos atentados foi o maior exercício do poder pelos Estados Unidos nos mais diversos aspectos das relações internacionais.

Outro aspecto singular da nova ordem mundial, portanto, é a ascensão do terrorismo globalizado como um dos principais temas da agenda internacional. Neste ponto, mais uma vez, o grande marco foi o atentado terrorista de 2001, que consolidou o grupo terrorista denominado *Al-Qaeda* como o grande inimigo de algumas das principais potências capitalistas. As relações estabelecidas na globalização possibilitam a organização do terrorismo internacional nos moldes atuais, pois este está diretamente associado às condições de financiamento geradas pelos paraísos fiscais, à crescente desigualdade social e às questões relacionadas à dominação econômica, política e cultural. Contudo, um olhar restrito à escala global não identifica as peculiaridades das sociedades onde tal fenômeno se desenvolve.

Em consequência da ascensão do terrorismo internacional, surge uma peculiaridade que é a caracterização de novos padrões de conflitos que não se estabelecem entre Estados. São bons exemplos a invasão do Afeganistão e as incursões no norte do Paquistão realizadas pelos Estados Unidos, bem como os conflitos Israel-Palestina e Israel-Hezbollah. Nesses casos, os Estados envolvidos declaram combater ameaças à sua segurança nacional causadas por grupos terroristas.

Nos últimos anos, observa-se ainda a emergência de novas potências que passam a rivalizar nos mais variados aspectos com as já consolidadas. Certamente, o país mais destacado dos chamados emergentes é a China, que apresenta há mais de duas décadas o maior crescimento econômico mundial e possui no momento o terceiro maior PIB (produto interno bruto) do mundo. O grupo se completa com Brasil, México, Índia, Coreia do Sul, os Tigres Asiáticos e a África do Sul. Estes países representam a principal fronteira de expansão do capital multinacional na disputa por mercados e estão bastante integrados às redes produtivas dos países desenvolvidos. Tal percepção os torna atores com maior poder no cenário internacional. Por isso, o grupo tem se movimentado com o intuito de reorganizar as relações de poder presentes nos grandes organismos internacionais como ONU, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial.

É justamente neste contexto que muitos analistas indicam a existência do conflito Norte x Sul, que substitui o que se chamava na Guerra Fria de conflito Leste (ocidente capitalista) x Oeste (oriente socialista). O Norte compreende os países desenvolvidos, que procuram manter as estruturas políticas e econômicas desiguais, e o Sul representa os países subdesenvolvidos, incluídos os emergentes, que

buscam reduzir as diferenças que persistem em relação aos países mais ricos.

A maior parte das análises acerca das polaridades da nova ordem varia entre defini-la como unipolar ou multipolar. A tese da unipolaridade considera os Estados Unidos uma superpotência com ampla superioridade frente aos demais países e concorrentes, destacando aspectos do campo político e militar. A ideia da multipolaridade enfatiza a emergência de novas potências que vem alterando o equilíbrio de poder global. Há ainda argumentos que buscam integrar os dois anteriores e que caracterizam a nova ordem como: unipolar no campo militar e multipolar no campo econômico, uma multipolaridade com desequilíbrio de poder ou ainda uma unipolaridade que caminha para a multipolaridade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

ANDERSON, Perry. **Força e consentimento**: aspectos da hegemonia americana. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/15/01anderson.pdf>. Acesso: 24 nov 2008.

BBCBRASIL. **ONU volta a pedir fim do embargo americano contra Cuba**. Artigo, 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071031_cubaembargo_ac.shtml>. Acesso em 10 out 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Tráfico de pessoas**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ0A9BD4F5ITEMID894216FA4EA2427D987142B31FF7815CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 22 out 2008.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/temporarias/cpi/cpiarmas/Relatorio%20Final%20Aprovado.pdf>>. Acesso em: 26 out 2008.

CAMBESES Jr, Manuel. **Terrorismo: Ameaça para a Humanidade**. Escola Superior de Guerra. Artigo, 2002. Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 23 out 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al* (org.) **O Século XX: O tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 249-275.

CASTELLS, Manuel. Narcotráfico, desenvolvimento e dependência na América Latina. In: _____. **Fim de Milênio**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 3). 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, p.227-239, 1999.

CERVO, Amado Luiz. O Final do Século XX e o Início do Século XXI: Dificuldades para Construção de uma Ordem Global. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 317-340.

CNN, Agency. **House OKs Cuba food trade, auto safety bill sent to Clinton**. Artigo, 2000. Disponível em: <<http://archives.cnn.com/2000/ALLPOLITICS/stories/10/12/congressrdp.ap/index.htm>>. Acesso em 22 out 2009.

ESTADO, Agência. **Estudo revela que tráfico lucra R\$ 130 milhões por ano**.

Artigo. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2009/03/29/ult4469u39312.jhtm>>. Acesso em: 22 out 2008.

ESTADO, Agência. **Brasil se mantém em 70º no IDH e é ultrapassado por Venezuela.** Artigo 2008. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac296009,0.htm>. Acesso em: 11 out 2009.

FILHO, Pio Penna. A América Latina, sua integração e sua inserção no mundo globalizado. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (et al.) **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação.** São Paulo: Saraiva, 2006. p.61-82.

FREITAS, Eduardo de. **Brasil Escola.** Blocos Econômicos e Organizações Internacionais. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/apec.htm>> Acesso em: 10 fev 2009.

GHARIB, Ali. **Embargo à Cuba é obsoleto e inútil, afirmam especialistas.** Washington: Inter Press Service; 22 out 2007.

GUIMARÃES, Cesar. **A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo.** Artigo 2002. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a05.pdf>>. Acesso em: 19 out 2009.

HOBBSAWM, Eric. Rumo ao milênio. In:_____. **Era dos Extremos.** O breve século XX, 1914-1919. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 537-562.

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES. Estratégia. **Textos de Apoio – FAV 04/SU 70-00-34.** 2003.

IANNI, Octávio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al* (org.). **O Século XX: O tempo das dúvidas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 205-224.

MAGNOLI, Demétrio. **Teoria das Relações Internacionais.** Artigo. Disponível em:

<<http://www.cefetsp.br/edu/eso/geografia/relacaointernacional.html>>. Acesso em: 16 out 2009.

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. **O lucro do crime organizado.** Artigo. Correio Braziliense, 27 out 2009.

MENDES, Cristiano Garcia. A Organização das Nações Unidas – ONU. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos (org.). **Política Internacional Contemporânea: Mundo em Transformação.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 17-30.

MENDES Neto, Neresgton Ribeiro. **Efeitos da Globalização.**

<<http://www.geopol.cjb.net>>. Acesso em: 22 out 2008.

PIOVESAN, Flávia. **O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a**

Redefinição da Cidadania no Brasil. Artigo, 1996. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo3.htm>>. Acesso: 28 out 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Armas de fogo matam mais no Brasil que no Iraque.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/gerapdf.php?id01=313>>. Acesso em : 27 out 2008.

SANDRONI, Gabriela Araújo. **A Convenção de Palermo e o crime organizado transnacional.** Disponível em: <http://www.ceeri.org.ar/trabajos-estudiantes/sandroni_CrimenOrganizadoInternacional.pdf>. Acesso em: 24 nov 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Relações Internacionais do Brasil:** temas e agendas. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 57-88.

SILVA JÚNIOR, Juvenal Araújo. **Geopolítica das Drogas.** <<http://www.orbita.starmedia.com/mundogeografico/texto11.html>>. Acesso em: 25 jan 2003.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/technical_series_1998-01-01_1.pdf>. Acesso em: 26 jan 2009.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. A Nova Ordem Mundial. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Política Internacional Contemporânea:** mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006. p.1-16.